



CENTRO DE HUMANIDADES / GUARABIRA (CAMPUS III)
ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES

RADAMÉS DAS NEVES SILVA

**MEIOS DE COMUNICAÇÃO E FORMAÇÃO DO SER:
A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NOS PROCESSOS DE EDUCAÇÃO**

GUARABIRA/PB

2022

RADAMÉS DAS NEVES SILVA

**MEIOS DE COMUNICAÇÃO E FORMAÇÃO DO SER:
A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NOS PROCESSOS DE EDUCAÇÃO**

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas pedagógicas interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) – Campos III / Guarabira, em convênio com a Escola de Serviço Público da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientador Prof. Dr. Luciano Nascimento Silva.

GUARABIRA/PB

2022

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586m Silva, Radames Das Neves.
Meios de comunicação e formação do ser: a influência da mídia nos processos de educação [manuscrito] / Radames Das Neves Silva. - 2015.
57 p.
Digitado.
Monografia (Especialização em Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância, 2022.
"Orientação : Prof. Dr. Luciano Nascimento Silva, Departamento de Direito Público - CCJ."
1. Educação. 2. Ser humano. 3. Mídia. 4. Poder. 5. Controle social. I. Título

21. ed. CDD 370.1

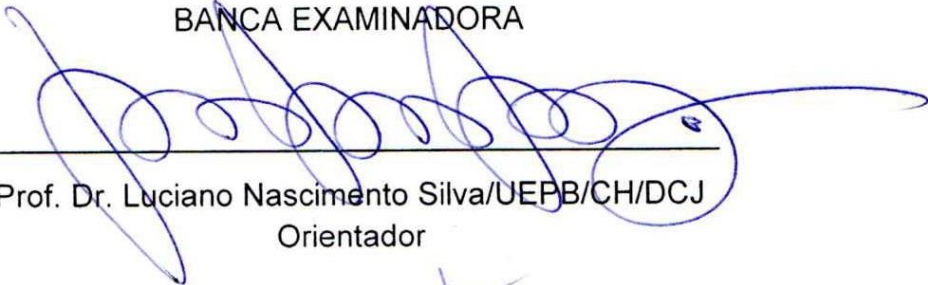
RADAMÉS DAS NEVES SILVA

**MEIOS DE COMUNICAÇÃO E FORMAÇÃO DO SER:
A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NOS PROCESSOS DE EDUCAÇÃO**

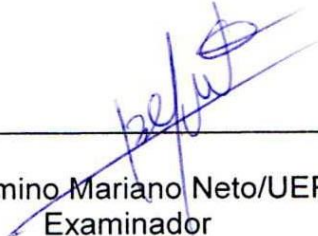
Monografia apresentada ao curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas pedagógicas interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) – Campos III / Guarabira, em convênio com a Escola de Serviço Público da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovado em 28 / 02 / 2015


BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Luciano Nascimento Silva/UEPB/CH/DCJ
Orientador



Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto/UEPB/CH/DG
Examinador



Prof. Ms. José Otávio da Silva/UEPB/CH/DE
Examinador

GUARABIRA/PB

2015

À minha amada esposa, Lúcia de Fátima, de quem primeiramente recebi incentivos a dar mais esse passo rumo à glória do conhecimento, ao meu filho, Luiz Rafael, que está na pauta principal de todos os meus esforços para honrar nossos nomes e nossas origens e aos meus pais que, com muita dedicação, me elevaram ao plano da informação e da ciência. DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, Rafael da Silva, que em seu momento mental atual não tem mais as condições de compreender a importância deste feito nem o quanto eu o amo, mas que nos tempos de sua grande sanidade, trabalhou arduamente para que, no futuro, eu estivesse escrevendo estas palavras. E este futuro é hoje.

À minha mãe, Edith, pela dura batalha para me educar e me incentivar a trilhar o caminho do conhecimento.

À minha esposa, Lúcia, pelo apoio logístico que forneceu para que eu pudesse dar conta da dinâmica do curso.

À minha tia, Donatila e demais familiares, pelo apoio moral e esforços financeiros.

Ao meu primo Alexandre, pelo salto quântico que me ajudou a dar.

Aos meus amigos, pela compreensão sempre que precisei me ausentar.

Ao governo do Estado da Paraíba, pela disponibilização do curso para os professores da rede pública estadual.

À Universidade em geral, pelo desafio aceito e empenho.

Aos funcionários da UEPB, pela atenção, presteza e qualidade do serviço.

A todos os professores pela dedicação clara de nos mostrar as estradas do conhecimento.

Aos colegas de classe, pelos debates de alto nível e momentos de amizade.

E,

Ao meu orientador, Luciano Nascimento Silva, figura ilustrada que conquistou a admiração e o respeito de toda a turma, pela sua presteza, capacidade e forma incentivadora de nos guiar.

“O PREÇO DA LIBERDADE É A ETERNA VIGILÂNCIA” - Thomas Jefferson.

Se for para existir um arauto, que seja apenas para transmitir o conhecimento. A opinião e julgamento deste ficam por parte da interpretação do Ser livre e de luz própria.

RESUMO

A formação do Ser humano em sociedade e sua educação se dão cada vez mais com a ajuda da mídia como meio difusor de informações, geralmente ampliando a oferta de informações como também a influência sobre os aspectos culturais, do cotidiano ao educacional e que geralmente se convergem entre si, geralmente, de acordo com os interesses dos grupos sociais envolvidos. Nesse cenário surgem questões como: 1) Como a influência da comunicação interioriza no ser os elementos necessários para a permanência do “status quo” social vigente? E 2) Como é a influência da mídia nos processos educacionais e quais seus interesses? Com o objetivo de compreender as formas de controle social inseridas na sociedade e no setor educacional por parte de seus agentes históricos, com o auxílio da comunicação e da mídia moderna. Para isso, o trabalho se apoiou nos interpretadores de Heidegger (1979) na questão da formação do Ser, Vasconcelos (1996) e Sousa (2006) com referência ao poder da comunicação e com Saviani (2013), Marcondes (1997), Werthein (2000) e Santos (2009) sobre a(s) possibilidade(s) e dificuldade(s) de mudanças estruturais da educação na sociedade da informação. Esta pesquisa é bibliográfica e analisou mudanças de paradigmas nas sociedades moderna e contemporâneas ocidentais e suas relações de poder, fazendo uso dos meios de comunicação e dos efeitos da mídia na educação. Conclui-se que a mídia, e seu aparato tecnológico em cada tempo, junto aos processos educacionais, representou importante e inteligentemente meio para a formação do imaginário coletivo, influenciando o comportamento humano.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Ser humano. Mídia. Poder. Controle social.

ABSTRACT

The formation of human beings in society and their education are increasingly taking place with the help of the media as a means of disseminating information, generally expanding the supply of information as well as the influence on cultural aspects, from everyday life to education, which generally converge. among themselves, generally, according to the interests of the social groups involved. In this scenario, questions arise such as: 1) How does the influence of communication internalize the elements necessary for the permanence of the current social status quo? And 2) How is the influence of the media in educational processes and what are their interests? In order to understand the forms of social control inserted in society and in the educational sector by its historical agents, with the help of communication and modern media. For this, the work was supported by the interpreters of Heidegger (1979) in the question of the formation of the Being, Vasconcelos (1996) and Sousa (2006) with reference to the power of communication and with Saviani (2013), Marcondes (1997), Werthein (2000) and Santos (2009) on the possibility(s) and difficulty(s) of structural changes in education in the information society. This research is bibliographical and analyzed paradigm shifts in modern and contemporary western societies and their power relations, making use of the media and the effects of media in education. It is concluded that the media, and its technological apparatus at each time, together with educational processes, represented an important and intelligent means for the formation of the collective imagination, influencing human behavior.

KEYWORDS: Human being. Media. Power. Social control.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 UM LONGO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO SER HUMANO	12
2.1 A formação do ser humano e suas aparências a partir do Ser e dos Entes à luz de Martin Heidegger	13
2.2 Um breve histórico da formação do Ser e a influência da comunicação	17
3 A MÍDIA E A COLETIVIZAÇÃO DOS DISCURSOS CONSTITUTIVOS DA SOCIEDADE	26
3.1 Um breve histórico de análise sobre a influência da mídia em seus receptores	28
3.2 A estreita relação entre as principais mídias e os grupos sociais hegemônicos	33
3.3 A internet e a possibilidade de liberdade na mídia moderna	36
4 A EDUCAÇÃO E A INFLUÊNCIA DA MÍDIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS ...	41
4.1 A sociedade da informação em formação no centro e na periferia do sistema produtivo vigente	41
4.2 A mídia e sua influência nos novos rumos da educação. Liberdade ou continuísmo?	44
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	55

1 INTRODUÇÃO

O primeiro objetivo deste trabalho será identificar, entre as estruturas das sociedades observadas nos períodos moderno e contemporâneo, possíveis padrões culturais construídos a partir da aplicação e influência dos meios de comunicação usados por um ou mais grupos sociais para exercer influência sobre outros, na tentativa de governá-los. Ou seja, algo que se aproxime da definição de “controle social” de Correia (2009), quando afirma ser este como mecanismos que estabelecem a ordem social disciplinando a sociedade e submetendo os indivíduos a determinados padrões sociais e princípios morais. Assim sendo, assegura a conformidade de comportamento dos indivíduos a um conjunto de regras e princípios prescritos e sancionados (CORREIA, 2009).

Num segundo momento, uma vez entendida a importância e os avanços dos meios de comunicação, as Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC’s, o foco se voltará para compreender a extensão e alcance desta nos avanços de modernização dos processos educacionais, questionando e refletindo sobre a eficácia de uso destas recentes mudanças, bem como suas perspectivas de transformações e continuidades socioeconômicas na chamada sociedade da informação.

Para essa tarefa, formulou-se problematizações qualitativas procurando responder as seguintes indagações: 1) Como a influência da comunicação interioriza no ser os elementos necessários para a permanência ou transformação do “status quo” de seus emissores? E 2) Como é a influência da mídia nos processos educacionais e quais seus interesses?

O processo histórico do homem, vivido e criado por ele mesmo enquanto ser humano, passou por diversas transformações de caráter social, econômico, entre outros, que forjou o que a humanidade é hoje. Neste percurso, percebem-se elementos de pensamento comuns, mesmo em momentos distintos da história, que serviram de identificação e influência a esta ou àquela sociedade, chamados de ideologias e normalmente intencionais. Em busca dessas informações gerais e contextuais que moldaram a própria narrativa humana, o trabalho investigou as explicações destas alterações através do poder da comunicação e seus canais a exemplo dos utilizados na educação, partindo da unidade primordial, o homem e ele em sociedade.

Para analisar o homem como autor da sociedade, no primeiro capítulo vai se considerar os primórdios da filosofia apoiado em interpretações sobre Heidegger (1979) na questão do *Ser* e dialogar com Vasconcelos (1996) e Sousa (2006), entre outros, referente ao poder da comunicação interpessoal e intersegmentos sociais. A pesquisa será bibliográfica com caráter explicativo, pois serão trabalhados referenciais históricos e culturais que se pautam em tendências e comportamentos. Isto atrai o método indutivo, que a ele também se relacionará o conteúdo ideológico que confirmará ou não a construção de controles sociais.

No segundo capítulo a análise se dá a respeito da interlocução das mídias entre o emissor e a recepção, verificando se há influência da mídia sobre o espectador e, ao mesmo tempo, o grau de comprometimento dos estudos que fizeram as verificações.

No terceiro e último capítulo, a verificação se dá sobre a influência da mídia na educação, os desafios e perspectivas desta, em meio a sociedade da informação em formação no centro e na periferia do sistema produtivo vigente. Verificando as possibilidades de expansão da educação de forma autônoma e independente do sistema central através da internet, e de forma sociológica confrontando o passado e o presente, na expectativa de gerar crítica construtiva e vigilante para o setor.

2 A FORMAÇÃO DO SER HUMANO E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

A formação do ser humano em seu percurso histórico é ampla, profunda, contínua e com essa mesma magnitude é a complexidade de sua compreensão. Ciente disso, este trabalho apenas busca fazer uma investigação e reflexão de seu desenvolvimento a partir da contribuição da comunicação – como meio condutor de informações – e como esta pode ter influenciado e se inter-relacionado com os processos educacionais.

A princípio, dialogando com Sousa (2006), percebe-se a comunicação como algo inerente ao ser humano, de uma forma primeiramente intrapessoal e, na sequência, interpessoal. Nesse sentido, temos:

Se o conceito de comunicação abarca a comunicação intrapessoal, então engloba a ideia da consciencialização pessoal através de um processo auto-comunicativo (em que emissor e receptor coincidem). "Penso, logo existo", disse Descartes. No entanto, geralmente a definição operatória de comunicação consiste na transmissão de mensagens entre um ou mais emissores e um ou mais receptores. Por isso, do ponto de vista das Ciências da Comunicação, fala-se da comunicação como um processo social... (SOUSA, 2006, p. 35).

Olhando para o ser humano, compreende-se que esse processo foi longo, histórico e de trocas culturais. Como afirma Sousa (2006), “não há informação sem comunicação”, a ideia principal de comunicação é a transmissão de informações, podendo ser estas escrita, oral ou simbólica para os mais diferentes fins (SOUSA, 2006, p. 24).

Respeitando as peculiaridades culturais existentes em diferentes contextos, neste capítulo, a atenção será voltada para em primeiro, uma exposição sobre o Ser e os Entes presentes no homem com a ajuda de alguns intérpretes do filósofo Martin Heidegger e, em segundo, a partir de alguns episódios históricos e aspectos ideológicos, se analisará o uso da comunicação na construção e influência do ser que o ser humano carrega. Os fatos mais explorados têm início a partir do surgimento da moderna tipografia ou imprensa que, segundo Sousa (2006), “permitiu a explosão da comunicação e a circulação de informações e ideias a uma escala nunca vista até então” (SOUSA, 2006, p.136).

Ainda em dialogando com (SOUSA, 2006), ele afirma que:

Quando alguém tem a iniciativa de comunicar, tem alguma intenção. Só despendemos esforço quando isso nos leva a algum lado e, por isso, só comunicamos intencionalmente quando queremos atingir alguma coisa, (SOUSA, 2006, p.23).

Quanto aos aspectos ideológicos, citados antes, é importante esclarecer que não se tratará de qualquer enaltecimento à predileção ou à antipatia pelos modelos que serão vistos, e sim de uma análise de valores na tentativa de percepção de sua influência a partir da comunicação. Sobre a ideologia, uma definição basilar de (HOUAISS, 2001) diz:

Sistema de ideias (crenças, tradições, princípios e mitos) interdependentes, sustentadas por um grupo social de qualquer natureza ou dimensão, as quais refletem, racionalizam e defendem os próprios interesses e compromissos institucionais, sejam estes morais, religiosos, políticos ou econômicos (HOUAISS, 2001, p. 1565).

2.1 A FORMAÇÃO DO SER HUMANO E SUAS APARÊNCIAS A PARTIR DO SER E DOS ENTES À LUZ DE MARTIN HEIDEGGER

Para fundamentar algumas formas e extensões que o binômio comunicação/educação produziu na história humana utilizou-se aqui de uma síntese filosófica do pensador alemão Martin Heidegger, com a ajuda de alguns de seus intérpretes, sobre o Ser, enquanto ser humano. Para Ferreira (2006) Heidegger busca pelo Ser em meio ao pensamento dos filósofos pré-socráticos afirmando que o período seguinte, de influência marcante do filósofo Aristóteles para o mundo ocidental, foi de “esquecimento do ser” (HEIDEGGER, 1988 in: FERREIRA, 2006, p.1).

Ainda segundo Ferreira (2006), Heidegger entende a linguagem dos primeiros filósofos como total por não está amarrada a conceitos e que através de sua essência mostra a totalidade do ser. Além disso, afirma também e principalmente, que os Entes se manifestam através dos “homens e as coisas produzidas pelos homens e os estados produzidos pelo agir humano e as circunstâncias provocadas... [bem como também nas] coisas demoníacas e divinas” (HEIDEGGER, 1989, p 30 in: FERREIRA, 2006, p.3).

Sintetizando, nesse primórdio filosófico do Ser este é percebido através dos Entes. Como, para os filósofos pré-socráticos, a aparência era a manifestação do Ser, este estaria sempre desoculto, ou seja, a aparência (Ente) e o Ser estariam

intimamente ligados. Nesse sentido Heidegger afirma que “[...] o Ser carrega o ente com a errância [...]” (HEIDEGGER, 1989, p 33 in: FERREIRA, 2006, p.4). Dessa forma, evidencia-se uma característica fundamental do Ser que é a temporalidade, ou seja, o Ser atravessa a história e carregando consigo seus entes a constrói, a formata. Isto fica mais explícito na afirmação abaixo:

Tal condução acontece pela determinação ou objetivação do ser que assim se subtrai e dá lugar ao ente. Desta forma, devido ao caráter epocal do ser, ou seja, devido ao fato de o ser ter como característica fundamental a temporalidade, suas determinações vão, segundo o tempo, gerar a história. [...] Esta estrutura do ser (que se subtrai enquanto se desoculta no ente) não gerará apenas a história, mas também será a responsável pelo fenômeno do mundo – porque o mundo é aqui compreendido como as próprias possibilidades de ser do homem (ser com os outros, ser junto às coisas e ser em função de si mesmo (FERREIRA, 2006, p. 4).

Porém, o que é o “Ser” e o que significa “Ente”? (COTRIM, 2010, p 274), de forma mais pedagógica, sobre uma das principais obras de Martin Heidegger, Ser e tempo (obra que tem como um dos princípios básicos a investigação do sentido do Ser), mostra que o autor concebe o Ente como “a existência, a manifestação dos modos de ser” e o Ser como a “essência”, o fundamento dos “modos de ser”.

Nesse raciocínio em que os Entes se manifestam no mundo construído pelos homens e no próprio homem, bem como que o Ente é a expressão do Ser (HEIDEGGER, 1989, p.30 in: FERREIRA, 2006, p.3), temos que esse mesmo mundo carrega uma cultura que pode ser social, política, credível etc., “e a partir de agora, neste trabalho, tomou-se a liberdade de também chamar essas manifestações de Entes coletivos humanos ou Entes do mundo para diferenciar da essência do ser”.

No entanto, a partir de Aristóteles e seus seguidores, segundo Heidegger, (1988), o surgimento paulatino de uma linguagem mais conceitual implicou no “esquecimento do ser, Ser este que, no entendimento de Heidegger é a questão essencial da filosofia” (FERREIRA, 2006, p.1).

Não é objeto desse trabalho os motivos pelos quais isso aconteceu, e sim a análise de algumas de suas implicações, porém (HEIDEGGER, 1988 in: FERREIRA, 2006, p.1-2) credita isto a “erro historiográfico” de avaliação do passado e também, mais importante, ao cotidiano, por se “encontrar situado junto à própria essência do ser”. Para entender melhor essa fase pós Aristóteles, voltemos à apreciação de (COTRIM, 2010, p. 274) sobre Heidegger, que aponta que a análise do Ser por este autor caminha pelo “Ser que nós próprios somos”. Avaliando-o em três etapas, a

existência do ser humano numa “*existência inautêntica*” – compreensão de que o ser em contato com o mundo é absorvido por ele –, temos o seguinte:

O “fato da existência”, ele [o ser humano] nasce e quando se dá conta de si, até aí só tem recebido elementos sociais externos;

O “desenvolvimento da existência” elabora um “projeto de vida” e parte em busca de “realizar aquilo que [ainda] não é”. Nesse caminho ele interage com um mundo já preestabelecido material e socialmente, e;

A “destruição do eu”, a interação entre ele e o mundo aplica-lhe intervenções que o afastará de seu “caminho existencial”. Heidegger chamou isso de “confronto do eu com os outros”. O autor afirma que nessa interposição, normalmente, o “indivíduo comum” é derrotado (COTRIM, 2010, p. 274-275).

Assim, a “*existência inautêntica*” pode ser vista como um reflexo, o efeito de um mundo pré-existente que derrota o Ser individual que Heidegger chama de “essência” (COTRIM, 2010) e faz com que o indivíduo interiorize os Entes externos pré-construídos, os Entes do mundo. É diretamente o caso do “*eu com os outros*”, o ser “em vez de se tornar *si-mesmo*, torna-se *o que os outros são*” (COTRIM, 2010, p.275).

No tocante a essa intervenção dos Entes que sofre o Ser, é razoável afirmar que existe algo que promove tal fenômeno, ele é um novo elemento para o estudo, que é a influência da comunicação. Na concepção heideggeriana do *ser-com-outros* (CASTRO, 2013, p25) afirma que este “constitui um elemento central do pensamento do filósofo sobre a Comunicação”, entra aí a *comunicabilidade*. De forma mais direta, “o mundo é sempre mundo compartilhado; o viver é sempre convivência” (CASTRO, 2013, p. 25).

O Ser materializado no mundo (Ente) o faz através da comunicabilidade, se esta é a condição ou estado do que é comunicável, esse fenômeno precisa de meios (mídia), nesse sentido, (CASTRO, 2013, p.24) contribuiu com o estudo da “banalidade da comunicação como fenômeno de seu reflexo na quotidianidade”, ou seja, o sentido de cotidiano não é o de “vida comum” e sim o de “estrutura constitutiva original e incontornável de todo ser-no-mundo.

É o universo do ser-com-outros, no qual o ser-com-outros geralmente prevalece sobre o ser-a-si-mesmo...”, ou seja, é o meio (entes do mundo) que

prevalece em maior grau ao Ser, que vai paulatinamente sendo esquecido em si mesmo (CASTRO, 2013, p.24). No fragmento abaixo, Castro ainda explica que

O mundo do cotidiano, segundo Heidegger, é um mundo de esquecimento do sentido do Ser [...] submerso num ambiente banal de dispersão e de curiosidades múltiplas, envolto num crescendo polifônico de vozes e discursos que não se completam, [...] estamos falando do nosso mundo. O mundo do cotidiano sempre foi o nosso mundo. A técnica e, com ela, a midiaticização da realidade, o banalizam, o quotidianizam, ainda mais. A Comunicação, enquanto fenômeno da linguagem, pode até abrir clareiras para o Ser recuperar sua autenticidade, mas, em geral, se deixa levar pela tentação fácil da repetição vazia da fala (CASTRO, 2013, p.32).

O trecho aponta que Heidegger entendia a importância da mídia e sua influência para a maioria dos indivíduos, com as devidas proporções contextuais, principalmente quando usa o termo “discursos”, e mais ainda quando sugere, no último período, que “a Comunicação, enquanto fenômeno da linguagem pode até oferecer condições para que o Ser atinja sua “autenticidade”, mas, normalmente, ele se deixa levar pelo meio” (CASTRO, 2013, p. 32).

Em resumo, sobre a visão heideggeriana a respeito do Ser no mundo, através dos intérpretes citados, na medida em que o pensamento antigo foi se fechando em conceitos após Aristóteles e seus seguidores, observa-se que o Ser em sua totalidade interior e individual foi sendo esquecido e se ocultado (FERREIRA, 2006). Esse esquecimento/ocultamento se dá através do contato com os outros no mundo, o “*eu com os outros*”, o Ser “em vez de se tornar *si-mesmo*, torna-se *o que os outros são*” (COTRIM, 2010, p. 275), ou seja, é influenciado pelo meio exterior e se perde em sua busca de realização (COTRIM, 2010, p.275-275). Esse processo foi e é acompanhado pela *comunicabilidade* no cotidiano (CASTRO, 2013, p. 32), se tornando uma peça importante na estrutura organizacional do Ser com os outros.

Logo, chega-se à compreensão de que o Ser (materializado no ser humano) está mais para uma construção coletiva (entes coletivos) do que para o seu próprio eu interior, isto devido a um processo comunicativo eficiente que será averiguado na sequência do trabalho.

2.2 BREVE HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DO SER E A INFLUÊNCIA DA COMUNICAÇÃO

As Ciências da Comunicação mostram a comunicação “como um processo social”, logo, ela é um meio e carrega a intenção de seus produtores, um fenômeno que “é sempre mediado” (SOUSA, 2006, p. 35). Como desde o início conhecido da humanidade os homens precisavam se comunicar entre si por sua sobrevivência, pode-se dizer também que “o ser humano é um ser eminentemente social” (SOUSA, 2006, p. 129), e a necessidade de sobrevivência, a intenção.

Com a complexidade dos modelos de sobrevivência humanos evoluindo, temos o seguinte:

A sedentarização, proporcionada pela agricultura, permitiu o aparecimento das cidades e a urbanização. As aglomerações urbanas, os excedentes agrícolas e pecuários, a necessidade de armas e de instrumentos para o trabalho agrícola e para a caça são alguns dos factores que impulsionaram as trocas comerciais e o aparecimento de manufacturas. A intensificação do comércio e dos laços entre cidades impulsionou a criação de vias de comunicação. Os comerciantes faziam circular não apenas bens, mas também informações (notícias) e ideias. Foram seguidos por artistas, mágicos, adivinhos e contadores de histórias ambulantes. O advento das civilizações radica nestes processos históricos (SOUSA, 2006, p. 129).

Sem ser o objeto desse trabalho, mas que foi uma narrativa utilizada como apoio para transmitir explicações, reflexão etc., da realidade e da vida em sociedade, foram os mitos. A mitologia grega, por exemplo, para Cotrim (2010), conjunto de lendas e crenças que, “de modo simbólico, fornecem explicações para a realidade universal, em linhas gerais, era utilizada pelos gregos para refletir sobre “normas e tabus” que “dentro dos costumes de uma comunidade [eram] proibidos a seus membros” (COTRIM, 2010, p. 167).

Um exemplo prático era o tártaro, o lugar dos mortos para os gregos e se assemelha em grau de terror ao inferno pregado pela crença cristã. Nele, os mortos passavam pelo julgamento perante três juízes, “os muito maus iam para o campo da punição”, um lugar horrível onde sofreriam eternamente. Quanto aos bons, eram levados a um lugar paradisíaco, chamado “Elísio”, e ainda tinham a possibilidade de renascer na terra (GRAVES, 1992).

Em algum instante da história humana teve início a comunicação, para Sousa (2006), uma “habilidade humana”, porém o momento vital para se destacar aqui é o aparecimento da escrita, “praticada sobre suportes mediáticos, como o barro, a

madeira, a pedra, a cera e o papiro”, permitiu a transmissão rigorosa das informações e consistiu em “um dos alicerces dos processos de comunicação social”. Com o clarear das grandes civilizações surge também o “processo de comunicação social”, ou seja, de “comunicação em sociedade, normalmente para um grupo grande de receptores, e geralmente usando dispositivos técnicos que suportam a comunicação - os *media*” (SOUSA, 2006, p. 129-130).

O trabalho agora seleciona alguns acontecimentos para analisar as influências e intensões intrínsecas na comunicação social, associadas às ideias de Ser e Ente vistas anteriormente, se fará uma analogia entre a influência dos Entes [do mundo] sobre o Ser (COTRIM, 2010) e o alcance do conjunto cultural sobre o indivíduo em seu contexto de convivência, só que com fatos históricos, sejam eles de natureza social, política, religiosa etc.

Claro que os fatos selecionados não conseguem ter a totalidade da história, apenas representam o esboço de parte significativa dos contextos que foram retirados. Nesse caso, a abordagem lançará olhar mais atento a partir da Idade Moderna até os dias atuais que, segundo Sousa (2006), compreende o momento que tem início a expansão e diversificação dos meios de comunicação, mas que só se poderá falar de comunicação social massiva “durante a segunda Revolução Industrial, ao longo do século XIX” (SOUSA, 2006, p.129).

Para iniciar, Sousa (2006) mostra a importância da comunicação, através da escrita, quando faz referência aos povos da Mesopotâmia e afirma que

Os sumérios fixaram por escrito, em suportes apropriados, os textos sagrados, as genealogias, as lendas e mitos fundadores, os calendários, os códigos e leis. A escrita contribuiu, assim, para a harmonização e regulação da vida política, administrativa, religiosa e jurídica, cumprindo uma função social e culturalmente agregadora. Tornou também possível a expansão das civilizações e o aparecimento dos primeiros impérios. Ao permitir que as instruções, os regulamentos e os relatos pudessem chegar a todo lado, sem variação de forma e conteúdo, a escrita permitiu igualmente a tentacularização do poder central (SOUSA, 2006, p. 131).

No período medieval a distância entre os costumes gerais e as crenças religiosas da época era muito estreita, a educação das elites também era mediada pela religião, no caso, a Igreja Católica. Sobre a educação percebida pela “classe dominante” e pelos trabalhadores naquele referido momento histórico, Saviani (2013) aponta a utilização da influência religiosa, por parte da Igreja, em determinados

discursos/construtos como o “ócio com dignidade” e “atividades nobres” das classes abastadas para justificar o ócio por parte daqueles que não precisavam trabalhar para sobreviver, afinal, as camadas mais populares da sociedade eram diretamente ligadas à labuta para a própria sobrevivência e a de seus senhores. Veja o que o autor diz:

Temos, na Idade Média, as escolas paroquiais, as escolas catedralícias e as escolas monacais que eram as escolas que se destinavam à educação da classe dominante. As atividades que constituíam a educação dessas classes se traduziam em formas de ocupação do ócio, como na Antiguidade. Isto foi traduzido na Idade Média através da expressão "ócio com dignidade". Então, ocupar o ócio com os estudos significava não precisar trabalhar para suprir as necessidades da existência. Ocupar o ócio com dignidade é ocupá-lo com atividades consideradas nobres e não com atividades consideradas indignas. Essa expressão deriva da influência da Igreja. A classe dos proprietários se dedicava aos exercícios físicos que estavam ligados às atividades guerreiras, o que é expresso através da noção da Cavalaria, cuja ocupação era a guerra. Daí a relação cavaleiro e cavalheiro como o sujeito de boas maneiras - a formação dos nobres incluía as atitudes cortesias. Cortês deriva de corte, formação destinada à aristocracia - a formação para a cavalaria envolve então esses dois aspectos, o da arte militar e o da vida aristocrática. Em contrapartida, a grande maioria continuava se educando pelo trabalho, no próprio processo de produzir a própria existência e de seus senhores (SAVIANI, 2013, p 3).

A partir da Idade Moderna acontece uma forte intensificação da comunicação e de seus meios, os meios de comunicação passam a ter relação mais próxima com os processos de mudança histórica em curso. Num momento de saída do medieval para o moderno, Sousa (2006) afirma que foi

a invenção da moderna tipografia (ou imprensa) [...] que permitiu a explosão da comunicação e a circulação de informações e ideias a uma escala nunca vista até então. Além disso, se anteriormente o clima político e religioso, quer na Europa quer na China, era avesso à circulação de informação e à alfabetização dos cidadãos, devido à prossecução de estratégias de dominação sócio-política e religiosa, o espírito renascentista alterou esse estado de coisas. No Ocidente, a visão teocêntrica do mundo foi, inclusivamente, substituída por uma visão homocêntrica, com tudo o que isto implica em termos de rejeição do dogma e de abertura a formas não religiosas de conhecimento. Os descobrimentos agudizaram a urgência em conhecer. Os impérios coloniais permitiram um novo movimento de globalização, [...]. Pode, assim, dizer-se que o espírito renascentista, a fome de conhecimento originada pelos descobrimentos e a tipografia gutemberguiana detonaram a explosão da comunicação (SOUSA, 2006, p.136-137).

Tal abordagem mostra uma mudança identitária na cultura da Idade Moderna, chama a atenção para as visões de mundo entre o teocentrismo e o homocentrismo, o primeiro com forte hegemonia no período medieval e o segundo com influência

percebida no moderno. Tais transformações em andamento, assim como em outros tempos, foram conseguidos através da comunicação, mas agora os novos meios favoreciam e agilizavam o processo. Como diria (SOUSA, 2006, p.138), “livros, jornais e revistas transformaram a civilização, moldaram a esfera pública moderna e modificaram a cultura”.

Ainda no âmbito identitário e das mudanças, um aspecto que fornece importante relevância para análise é o político, sobre a formação do Estado, Tello (2012, p. 74) afirma que “o Estado é uma forma de organização política que marca o início da modernidade e o final da era feudal”. Ainda mais, entre construções ideológicas e funcionais, a edificação do [Estado] formulou “elementos essenciais” como nação soberana, interesse geral, monopólio da força e burocracias funcionais (CHEVALLIER, 2011, p.37).

Algumas concepções de Estado estavam presentes no pensamento iluminista. De forma geral, as ideias iluministas tiveram “origem no século XVII e se desenvolveu especialmente no XVIII”. Os iluministas se consideravam os portadores da razão, da “luz”, contra a tradição cultural e institucional de sua época. Defendiam a liberdade de pensamento, se colocavam contra os “dogmas perpetuados pela religião” e criticavam a “opressão política do absolutismo” (BRAIK, 2010, p. 129). O iluminismo também não foi homogêneo, para Braik (2010),

foi acima de tudo uma mentalidade, uma atitude cultural e espiritual compartilhada por filósofos, burgueses, intelectuais e até mesmo por alguns reis e rainhas. Esse modo de pensar e de sentir difundiu-se por muitos países da Europa. Suas primeiras manifestações ocorreram na Inglaterra e na Holanda, a partir do século XVII, mas foi na França do século XVIII que a decadência do governo absolutista transformou as concepções filosóficas do iluminismo numa doutrina política e social (BRAIK, 2010, p. 130).

Mas o que seria essa razão para os iluministas? Para Cotrim (2010), eles entendiam que através da razão poderiam conhecer e intervir na realidade, na intenção de organizá-la racionalmente e de melhorar a vida das pessoas. Esse “processo de ilustração”, de

desenvolvimento da capacidade intelectual, trazia a proposta de libertar o ser humano dos medos irracionais, superstições e credulidades, levando-o a questionar as tradições vulgares e a construir uma nova ordem racional para a sociedade (COTRIM, 2010, p. 242).

O grande mérito dos iluministas” para Cotrim (2010, p. 240) foi “o esforço de generalizar e aplicar doutrinas críticas e analíticas aos diversos campos da atividade humana”. O estudo da natureza (mundo concreto) e do ser humano, a importância do conhecimento histórico e o entusiasmo no progresso são “indicadores dessa nova mentalidade”. Com o desenvolvimento da Revolução Industrial, surge “a crença que a razão, a ciência e a tecnologia tinham condições de impulsionar o trem da história”, surge também o mito da “ideia de progresso” (COTRIM, 2010, p. 240-242).

Continuando o olhar político, segundo os clássicos pensadores contratualistas desse período, Hobbes, Locke e Rousseau, a razão utilizada para justificar o Estado moderno é abstrata, ou seja, parte do homem em seu estado de natureza até a sociedade civil, um ambiente social que seria mais seguro. Os autores concordam que a sociedade civil é “contraposta ao estado de natureza” e que o Estado é o organizador da sociedade “a partir de um contrato social”. Porém, diferem quanto à concepção de contrato social (CORREIA, 2009).

Para Thomas Hobbes, o Estado deve ter poder absoluto para controlar os membros da sociedade, “os quais lhe entregariam sua liberdade e se tornariam voluntariamente seus ‘súditos’ para acabar com a guerra de todos contra todos e para garantir a segurança e a posse da propriedade”. Para John Locke, o poder do Estado deve se limitar à garantia dos direitos naturais à vida, à liberdade e, principalmente, à propriedade (CORREIA, 2009).

Como Locke defendia “um governo com o intuito de preservar a propriedade privada [...] este deveria ter seu poder político limitado por um *contrato político*” entre a sociedade e os governantes (BRAIK, 2010, p. 130). Mesmo sem ter como penetrar nos fatos, esses novos modelos de pensamento supracitados que marcaram a Idade Moderna, influenciaram as grandes mudanças político-sociais que germinaram a partir do século XVI, culminando na ascensão da burguesia, na estruturação do liberalismo e na queda do Antigo Regime entrelaçados em episódios como a Revolução Gloriosa inglesa, a Revolução Francesa e a Revolução Americana impressa (SOUSA, 2006).

. Tais episódios devem muito à imprensa. Em mais uma situação histórica que se pode testemunhar a importância da mensagem e, principalmente, do alcance de seu veículo, é o temor e reação da estrutura de poder nobiliárquica e clerical, junto à Enciclopédia, uma obra que ofereceu uma crítica sistemática das concepções científicas, intelectuais, políticas e sociais vigentes na Europa do século XVIII, essa obra teve sua circulação proibida pelo clero francês e seus editores “sofreram fortes

pressões do governo e da Igreja, por causa das críticas que faziam a essas instituições” (BRAIK, 2010, p. 130).

De fato, a classe sacerdotal desse período, atrelada aos privilégios do Antigo regime, e a razão, associada aos ideais iluministas, justaram pelo controle ideológico e, ou social daquele contexto. Um exemplo disso são os ataques sofridos pelos enciclopedistas. Para Sousa (2006), sobre a Enciclopédia, “... o poder instituído interditou a obra [...], mas quando foi disponibilizada

a Enciclopédia teve sucesso, demonstrando que a sede social pelo conhecimento encontrava eco na Europa das luzes, [apesar dos] receios do poder real absolutista e da nobreza privilegiada, que talvez já pressentissem até que ponto o sistema estava condenado (SOUSA, 2006, p. 139).

As informações acima confirmam a cristalização do uso da comunicação em variadas frentes, sobretudo na escrita, como mecanismo de informação orbitando o espaço público desses contextos através de livros, jornais e revistas, ou seja, os media da época, e é a influência deles que ganhará mais foco de agora em diante. Vasconcelos (1996) “atreve-se” a dizer que a comunicação é poder desde que surgiram os primeiros jornais. Napoleão Bonaparte afirmou que “cinco Gazetas hostis fazem um mal maior do que cem mil soldados inimigos no campo de batalha” e Woodrow Wilson, ex-presidente americano, opinava que “uma grande parte dos negócios públicos depende dos jornalistas [...] porque a notícia é a atmosfera dos negócios políticos” (VASCONCELOS, 1996, p. 154-155).

Nesse contexto, é importante chamar a atenção para o conceito de “espaço público”, Sousa (2006), citando Habermas (1984), aponta a existência desse espaço já na democracia ateniense, quando seus cidadãos já faziam discussão política de informações e opiniões para a “tomada de decisões”. Mas, foi a partir do século XVIII que de fato surge a ideia de “espaço público moderno (ou esfera pública) e [...] os conceitos de público (no sentido do que deve ser publicitado, tornado público) e privado”. É neste ambiente público onde brotavam as opiniões, debates utilizando a “razão argumentativa” sobre política, economia, literatura etc., onde se tomavam decisões políticas e ocorriam a legitimação do exercício do poder.

Com a imprensa, os debates foram transferidos dos famosos salões e cafés iluministas para os jornais e revistas. “A imprensa tornou-se, assim, a primeira grande

instância mediadora na configuração do espaço público moderno” (SOUSA, 2006, p. 139-140).

Considerando a passagem do século XVIII para o XIX, essa “formação moderna da opinião pública” que se inicia com os iluministas e, posteriormente, transfere-se para debates mediatizados pelos meios impressos e com interesses óbvios, (SOUSA, 2006, p. 140-141), citando Santos (1998), afirma que tais debates aconteciam “por colaboração de uma intelectualidade crítica nascente”, defendendo o “princípio da publicidade”, pretendida pelos burgueses, em detrimento da “prática do segredo”. Mais ainda,

Ao fazê-lo, a burguesia cria um autêntico estado de mediação entre a sociedade civil e o Estado (esfera do poder público). O público forma-se quando os indivíduos se reúnem para falar. A palavra "público" adquire o seu presente significado, referindo-se a uma área da vida social à margem do domínio familiar e dos amigos íntimos (...). Em tal espaço público burguês utilizam-se instrumentos, como a imprensa de opinião e as diferentes formas de representação política, que confluem na formação da opinião pública (...), espécie de árbitro entre opiniões e interesses particulares. À comunicação interpessoal sucede a comunicação dos meios de informação, que os séculos XIX e XX virão alargar influência (SANTOS, 1998, p. 10-11).

Um fato importante para este estudo que merece menção, referente à expansão da imprensa, como meio informativo (“media”) e outros meios que foram surgindo, segundo Sousa (2006), apontado por Habermas (1984), é o prejuízo da “coerência do discurso político”, seu nível e “racionalidade do debate”. Para esse fenômeno, o autor cita alguns fatores, entre eles, a inserção de “cidadãos, menos cultos, no espaço público” e a “crescente orientação lucrativa da imprensa”. Já através de Santos (1998), Sousa (2006) afirma que a comunicação pública se transformou em relações públicas para elaboração de “parcerias” entre interesses de Organizações privadas e os Estado, isso atenuou as fronteiras entre público e privado, promoveu a “desagregação, desintegração e feudalização do espaço público” (SANTOS, 1998, p. 12).

Assim, de acordo com Sousa (2006), a comunicação, mesmo com meios variados, foi usada para atingir objetivos e, ou interesses de determinados grupos dentro da sociedade, como mostra o trecho abaixo:

como o espaço público moderno se estabelece, em grande medida, na esfera mediática, aqueles que são excluídos pelos media massificados, conseqüentemente, não participam no espaço público. Existem simulacros de

participação, como as sondagens, mas estes simulacros não correspondem à capacidade de intervenção dos burgueses ricos sobre a vida política, social e económica dos estados, como aconteceu aquando da formação do espaço público moderno (SOUSA, 2006, p. 141-142).

O que foi citado acima sobre deslocamento do espaço público para o ambiente dos media e seus efeitos, vai se acentuar com a invenção de novos meios de comunicação nos séculos XIX e XX. De forma resumida, surgiram a fotografia, eletricidade, telefone, telégrafo, fonógrafo, lâmpada, o rádio e o cinema. Este último, um grande responsável pela internacionalização da cultura, como diria Mattelart (1997), "cultura de massas".

Na sequência, surgem a televisão, computador, a primeira rede de computadores (Arpanet), de uso militar e precursora da internet, e satélite de comunicação. No todo, as novas mídias das telecomunicações, proporcionados pelo avanço tecnológico, fornecia agora a possibilidade do espaço público se tornar global ou, nas palavras de Mc Luhan (1962), uma "aldeia global", com uma língua global, o inglês (SOUSA, 2006).

Ainda com a ajuda de Sousa (2006), sobre a influência dos burgueses ricos no espaço público, utilizando "instrumentos" como a imprensa de opinião, entre outros, para formar a "opinião pública", tal "capacidade de intervenção [destes] sobre a vida política, social e económica dos estados" (SOUSA, 2006, p. 140-142), este dialoga com o significado de controle social trazido por Correia (2009), onde diz que são mecanismos que estabelecem a ordem social disciplinando a sociedade e submetendo os indivíduos a determinados padrões sociais e princípios morais. Assim sendo, assegura a conformidade de comportamento dos indivíduos a um conjunto de regras e princípios prescritos e sancionados (CORREIA, 2009).

Mesmo com uma definição ambígua, Correia (2009) entende que o controle social é empregado para designar o controle do Estado sobre a sociedade quanto [...] o controle da sociedade (ou de setores organizados na sociedade) sobre as ações do Estado. O apanhado histórico visto até agora mostra isso quando discorre sobre os atritos entre a classe dominante do Antigo Regime na França e a ascensão das ideias liberais burguesas (SOUSA, 2006, p. 139) e (BRAIK, 2010, p. 130). Mesmo de forma geral, Sousa (2006) resume bem a ligação entre os fatos e a comunicação, vejam:

a comunicação também é essencial à reprodução social, processo através do qual a sociedade reproduz a sua estrutura, ou seja, a sua forma de organização interna. A estrutura decompõe-se em estruturas, ou seja, há um

conjunto de estruturas que organizam a estrutura, como a estrutura das mentalidades, a estrutura económica, a social, a política, a cultural e a demográfica etc. Todos esses fatores, ou estruturas, estão em evolução. Contudo, alguns destes fatores são os alicerces da estrutura e tendem a variar pouco ao longo do tempo. Assim, os aspectos fundamentais da estrutura tendem a ser estáveis. Quando os elementos fundacionais da estrutura são destruídos ou substituídos, a estrutura também é destruída, sendo substituída por uma nova (SOUSA, 2006, p. 62).

O exposto até aqui permite dizer que do século XVIII em diante, com o aumento do alcance das comunicações, o espaço público idealizado para debates racionais de interesse público foi vulgarizado em virtude da inserção de indivíduos pouco politizados, bem como demudado em área de influência para grupos organizados da sociedade com seus interesses privados, incentivados por uma imprensa opinativa desses mesmos interesses. Isso, em maior ou menor grau, influenciou na formação da opinião pública e do ser inserido nela.

No entanto, na contramão desse movimento, a partir da intensificação de meios como a internet, vista como “media, agora, desmassificada, individualizada e interactiva”, a análise sobre a evolução dos meios de comunicação (media) à luz de Sousa (2006), assinala que o aumento dos “infoincluídos” permite vislumbrar a possibilidade de uma nova transformação do espaço público moderno, de forma a retomar a racionalidade de onde parou (SOUSA, 2006, p. 141-144).

Anos antes, Lança (2002), sobre um cenário como o supracitado, de espaço público desmassificado, individualizado e interativo, explica mais claramente:

Hoje podemos falar numa multiplicidade de espaços públicos, que institucionalizam os processos de formação das opiniões. As tecnologias da comunicação – a imprensa, a rádio, a televisão, a Internet – difundem diferentes discursos em diversos contextos e ajudam à criação de uma rede diferenciada de espaços públicos locais e inter-regionais, literários, científicos e políticos, internos aos partidos ou às associações, mediáticos ou subculturais. Estes espaços públicos plurais e inacabados (como considera Habermas (1992), e de fronteiras permeáveis, cruzam-se entre si e remetem para um espaço público global. Estamos, pois, perante um modelo pluralista, a ter em conta numa teoria da democracia (LANÇA, 2002, p. 137).

Num contexto geral, a globalização transcende a esfera econômica e alcança também a “comunicacional”. Inclusive, emergindo questionamentos sobre a atenuação frequente das “fronteiras culturais”, bem como o levante da “oligopolização, transnacionalização e intersectorização (convergência dos media, da informática, das telecomunicações e da produção de conteúdos) dos grupos empresariais ligados à comunicação mediada” (SOUSA, 2006, p. 144).

3 A MÍDIA E A COLETIVIZAÇÃO DOS DISCURSOS CONSTITUTIVOS DA SOCIEDADE

Não se tem a intenção aqui de aprofundar como surgiu a mídia, com todo o trabalho específico que isso exigiria, mas pode-se dizer, de forma mais geral, que desde que se precisou lançar mão de meios de comunicação de grande amplitude a mídia estava presente, pois ela própria é a mediadora pela qual a informação atinge o seu destino. De forma geral, a mídia é o conjunto dos meios de comunicação social de massa (jornal, rádio, televisão, etc.)” (VILLAR, 2011), ainda atendem por esses meios, entre outros, todo o meio impresso, satélites e a internet.

Ainda definindo de forma bem simplista, temos que numa agência de publicidade, mídia pode ser também o setor que planeja a veiculação de anúncios, filmes, cartazes, etc., (VILLAR, 2011), ou seja, em quais formatos serão produzidos e, principalmente, como estes serão mostrados atrativamente para o público. É nesse sentido ou forma de se referir à mídia atualmente que ela, além de meio, passa igualmente a ser vista como a própria fonte e, ou moldadora da informação. Prontamente, não é raro se ouvir popularmente a expressão “a mídia diz, informa ou omite” ou ainda “a mídia livre ou comprometida”, claramente se referindo à mídia como a elaboradora da informação, como se ela tivesse vida própria para se produzir.

Com relação à origem da palavra comunicação, J. P. Sousa afirma:

A raiz etimológica da palavra comunicação é a palavra latina *communicatio*, [...] deriva da palavra *commune*, ou seja, comum. *Communicatio* significa, em latim, participar, pôr em comum ou acção comum. Portanto, comunicar é, etimologicamente, relacionar seres viventes e, normalmente, conscientes (seres humanos), tornar alguma coisa comum entre esses seres, seja essa coisa uma informação, uma experiência, uma sensação, uma emoção etc (SOUSA, 2006, p. 22).

Nesse sentido, a comunicação tem efeito cognitivo porque a informação é transmitida por códigos comuns à compreensão dos interlocutores. Ela socializa o conhecimento e o que mais este o transportar. Por isso (SOUSA, 2006, p. 22) afirma que a comunicação é um “processo social”, mas também intencional, ou seja, “quando alguém tem a iniciativa de comunicar, tem alguma intenção. Só despendemos esforço quando isso nos leva a algum lado”.

Logo, fazendo uso do conceito de Villar (2011) e das afirmações de Sousa, (2006), se a comunicação é um processo social com o objetivo de informar, os meios pelos quais os interlocutores da informação concretizam esta comunicação, que é a

mídia, também tem uma função social. Com este posto, em tese, a mídia deveria ser neutra, mas, como já foi mencionado, com o realce que esta dá à informação na busca de olhares, compromete a neutralidade do processo. Assim sendo, a informação e seu aparato são subjetivos.

Por tudo que já foi exposto, a partir de agora, quando se fizer referência à mídia neste trabalho, significará principalmente o canal, o meio facilitador para que a viagem da informação aconteça, completando assim o fenômeno da comunicação e seus efeitos. Mas, poderá também dependendo do contexto, expressar a própria produção midiática que tem a incumbência de transformar a notícia em algo atraente, compreensível e impactante ou não, dependendo da necessidade do emissor. Afinal, a mídia também tem uma função pública de comunicação de massas, mas normalmente é exercida por grupos privados que também tem seus interesses (SOUSA, 2006).

No Brasil, a imprensa surgiu com atraso e em meio à censura. Segundo Mídia (2005), a impressão de jornais não tinha permissão de Portugal que ainda era a metrópole do país. Para ficar mais clara ainda a dificuldade, os jornais eram editados em Londres por um português chamado Hipólito José da Costa, foi o caso do Correio Brasiliense, para depois distribuir no Brasil. Só em 1808, era lançada a Gazeta do Rio de Janeiro, considerada o embrião do atual Diário Oficial.

Mesmo em síntese, em um rápido histórico o surgimento dos meios de comunicação no Brasil, Mídia (2005) afirma:

Em fins do século XIX surgiram os primeiros grandes jornais. O Estado de São Paulo e no Rio o Jornal do Brasil, são os jornais [...] que [já se pode] considerar como os que funcionavam em bases empresariais. A imprensa no Brasil nasce marcada por ideias da primeira fase da história da imprensa, [chamada de] 'imprensa submissa às razões de Estado', mas ela também já é contemporânea de um movimento novo de ideias filosóficas, do iluminismo francês, que defende a razão humana como instância de decisão dos problemas na sociedade (MÍDIA, 2005. Documentário Mídia, Poder e Sociedade - TV Senado).

Em resumo, o controle exercido sobre a imprensa pela estrutura de poder já convivia com o contraditório, porém o eco da crítica era abafado pela intolerância dos poderosos a esta na época. Quando surge o rádio, a estrutura dominante era a mesma, porém com mais da metade da população sem saber ler nem escrever, este se consolidou como meio de comunicação mais eficaz, pois mesmo sendo analfabetas, as pessoas receberiam a mensagem de forma mais direta. A mesma

afirmação vale para a chegada da televisão, só que de forma mais amplificada, pois envolvia mais um excelente componente midiático, o imagético.

As concessões se baseavam no formato comercial, no documentário *Mídia* (2005), Laurindo Leal Filho aponta que

A relação entre mídia, e principalmente mídia eletrônica, com o poder no Brasil é uma relação promíscua que remonta aos tempos do primeiro governo Vargas. Pode parecer muito longínquo, mas ali está a raiz. Em 1932, Vargas em vez de estatizar as emissoras de rádio, como fizeram alguns países no mundo, preferiu entregar ou outorgar concessões à iniciativa privada para que ela viesse a desenvolver esse tipo de empreendimento comercial. Ora, em troca dessa outorga, para que concessionários passassem a ganhar dinheiro com o rádio, foi o apoio político (FILHO, 2004; In: *MÍDIA*, 2005).

Bernardo Kucinski (assessor da SECOM/Presidência da República), ouvido pelo *Mídia* (2005), afirma existir um grande cerceamento sobre a liberdade no Brasil, não na forma de uma censura ao rádio, mas na forma de um controle muito grande do espectro de rádio, a quem são dadas as concessões. Assim como no rádio, a compreensão para a concessão de emissoras de televisão também é a mesma.

Assim, como o governo historicamente precisa balizar leis que propiciem a sustentação da estrutura econômica, pode-se dizer que, a nível de Brasil, se formou uma promíscua relação liberal/governamental/midiática. Afinal, é importante lembrar, que os setores midiáticos são geridos por grandes corporações de formato liberal.

3.1 UM BREVE HISTÓRICO DE ANÁLISE SOBRE A INFLUÊNCIA DA MÍDIA EM SEUS RECEPTORES

Porto (2003) faz um apanhado das pesquisas sobre a *recepção* e os *efeitos* da mídia no campo da comunicação com o objetivo de discuti-las e depois “propor um modelo de pesquisa integrado” (PORTO, 2003) incorporando as contribuições destes dois. Ao longo do trabalho, ele mostra que as pesquisas realizadas, geralmente, não chegaram à abrangência esperada, mas contribuem consideravelmente para a qualificação e a quantificação das perspectivas de resultados sobre a influência dos meios de comunicação ao conceberem e transmitir a notícia aos espectadores.

Porto (2003) afirma que os estudos sistemáticos dos efeitos dos meios de comunicação começam a se desenvolver a partir da década de 1930, com o sociólogo Paul Lazarsfeld e seus colegas da Universidade de Columbia, Estados Unidos. Ele desenvolveu uma pesquisa com o objetivo de entender como as campanhas

(comerciais, eleitorais etc.) veiculadas pelos meios de comunicação influenciavam as opiniões e atitudes. Nisto, uma pesquisa sobre a campanha eleitoral de 1940 revelou a primeira descoberta quanto papel dos líderes de opinião. O resultado foi o seguinte:

Quando perguntados sobre o que contribuiu para as suas decisões eleitorais, os indivíduos entrevistados mencionaram outras pessoas que exerciam grande influência sobre os seus seguidores. O grupo de Columbia formulou então o modelo da “comunicação em duas etapas”. De acordo com este modelo, as ideias fluem da mídia para os líderes de opinião e posteriormente destes para segmentos menos ativos da população. Neste processo, a mídia tende a reforçar predisposições em lugar de alterá-las. A exposição da mídia seria também determinada por um processo de ‘exposição seletiva’, na qual os indivíduos buscam somente aquelas informações que confirmam suas crenças, evitando assim conteúdos da comunicação de massa que contradizem os seus pontos de vista. Por causa do papel de variáveis como líderes de opinião e predisposições, o paradigma tendeu a afirmar que os efeitos políticos e sociais da mídia são pouco significativos (PORTO, 2003, p. 2).

Lazarsfeld tinha estreitas relações com as companhias de comunicação, reconhecidas mais tarde pelo próprio, isto teve influência nos resultados das suas pesquisas, pois não foram levadas em consideração investigações sistemáticas sobre a estrutura e funcionamento dessas empresas. Também não se sabe se foram feitos e não divulgados. O que se sabe é que a mídia era a principal fonte financeira dos projetos de Lazarsfeld, além do Estado. Contudo a primeira etapa de resultados é muito importante para esse trabalho, pois claramente mostrou o alcance que a mídia pode ter numa decisão eleitoral. E isto já em 1940 (GITLIN, 1978; CZITROM, 1982; NOELLE-NEUMANN, 1983; In: PORTO, 2003).

Mais estudos sucederam o supracitado e vieram analisando os efeitos cognitivos de longo prazo da mídia. Apareceram teorias sobre a “função de agendamento da mídia”, Porto (2003, p. 2), apoiando-se em McCombs e Shaw (1972) aponta que investigaram como a mídia contribui para dar forma ao processo político através da definição da agenda dos temas que são considerados relevantes pelo público. Mas, a crítica se acentuou por desconsiderar as variações que a informação pode apresentar que “afetam o processo de formação da opinião pública”. Ou seja, não só o que é mostrado, mas a forma como são apresentados é fundamental.

Para “complementar” o paradigma do agendamento, foi proposto o paradigma do enquadramento, “que examina não só como a mídia afeta *sobre o que* o público pensa, mas principalmente *como* as pessoas pensam sobre os temas da agenda”

(PORTO, 2003). A partir de Goffman (1986), Porto (2002) interpreta enquadramentos como “marcos interpretativos mais gerais construídos socialmente que permitem as pessoas fazer sentido dos eventos e das situações sociais”.

Porto (2002) traz um exemplo de enquadramento proposto por Gamson (1995), este último estava interessado na possível influência da mídia na consciência política da audiência.

Desenvolveu uma extensa análise de conteúdo do noticiário da televisão, de revistas, charges e colunas de opinião em um período de mais de uma década. O objetivo era o de identificar o discurso público que se desenvolveu em torno de quatro temas: ação afirmativa, energia nuclear, políticas industriais, e o conflito árabe-israelense. O autor organizou então grupos focais (focus groups) com cidadãos comuns para investigar como eles ou elas desenvolveram entendimentos sobre os quatro temas e como utilizaram a mídia como recurso neste processo. [...] Os dados revelaram que os meios de comunicação eram um importante recurso em alguns assuntos, [mas] eles não foram o único utilizado pelas pessoas entrevistadas. O autor conclui que a mídia é um dos recursos disponíveis mais importantes, mas que as pessoas negociam com suas mensagens de forma complexa, dependendo do assunto (GAMSON, 1995; In PORTO, 2002).

Ainda nos efeitos de longo prazo, outro estudo que sugeriu mais influência, por parte da mídia, foi a “análise do cultivo” (GERBNER et al, 1994; In: PORTO, 2003). Sobre isto, Porto (2003) diz o seguinte:

George Gerbner e seus colegas analisaram o conteúdo dos programas de ficção da televisão norte-americana desde 1967 e conduziram uma série de estudos sobre como este conteúdo influencia a visão de mundo dos telespectadores. De acordo com a teoria, a exposição a este conteúdo leva ao cultivo de concepções compartilhadas da realidade entre públicos diversos. Apesar do fato de que a análise de cultivo afirma não partir do pressuposto de que a comunicação é um processo de mão única monolítico, ela concebe o conteúdo da televisão como um conjunto relativamente restrito e homogêneo de mensagens que tende a cultivar visões ou crenças comuns, principalmente entre as pessoas que assistem televisão por mais tempo (os chamados *heavy viewers* (PORTO, 2003, p. 2-3).

Quando as mensagens são intencionais, não necessariamente precisam ser explícitas, e, subliminares ou não, a captação acontece. O que Gerbner (1994) não considerou nessa pesquisa foi o leque de possibilidades interpretativas pela audiência, construindo seus próprios significados.

Mas, para não alongar o histórico das demonstrações, a análise sairá dos efeitos da mídia para a pesquisa de recepção, que passou a enfatizar disputas ideológicas no processo de comunicação, utilizando métodos qualitativos e tratando

os membros da audiência como agentes que interpretam ativamente o conteúdo da mídia (PORTO, 2003).

Um dos autores mais em foco na pesquisa de recepção é Stuart Hall. A sua análise do modelo *encoding-decoding* (codificação-decodificação) sugere que

As diferentes áreas da vida social parecem estar mapeadas em domínios discursivos que são organizados hierarquicamente em *significados preferidos* ou *dominantes* (...) Falamos em *dominantes*, e não 'determinados', porque sempre é possível ordenar, classificar, designar e decodificar um evento de acordo com mais de um 'mapeamento', mas dizemos 'dominantes' porque existe um padrão de 'leituras preferenciais'" (HÁLL, 1980. p 134, ênfase no original; In: PORTO, 2003).

Hall (1980), segundo Porto (2003), está querendo dizer que a codificação da mensagem pode determinar sua decodificação. Em outras palavras, a mídia pode ajudar a configurar a construção do conhecimento, das opiniões e, conseqüentemente, dos sentidos etc., na audiência. Essa vantagem privilegiada da mensagem é chamada pelo autor de "significado preferencial". Mas, atento ao universo do telespectador que vai interagir em sua interpretação, Hall considera três possibilidades, "posições hipotéticas", de compreensão aos programas televisivos. Como segue:

a *posição dominante hegemônica*, quando o telespectador interpreta o significado do programa de televisão de forma direta e completa, operando "dentro do código dominante"; **b)** a *posição negociada*, quando o telespectador reconhece a legitimidade das definições hegemônicas em abstrato, ao mesmo tempo em que, em um nível mais restrito, desenvolve uma posição crítica sobre temas específicos; **c)** a *posição oposicional*, quando o telespectador decodifica a mensagem de uma maneira completamente contrária ao significado preferencial (HÁLL, 1980. p 136-138).

Morley (1980) resolveu testar empiricamente o modelo codificação-decodificação de Hall. Com o objetivo de "verificar em que medida as decodificações têm lugar dentro dos limites do significado preferencial que é codificado nas mensagens", o autor concluiu, entre outras coisas, que "a noção de decodificação não especifica os processos mais complexos que caracterizam a atividade de 'ver televisão'", ou seja, existe um conjunto de processos que influenciam. O próprio Hall reconheceu mais tarde essas limitações, porém esse modelo idealizado por ele e testado empiricamente por Morley, segundo Porto (2003), é um dos enfoques mais importantes no estudo das audiências da mídia.

O verificador dos estudos de Hall, Morley, foi um excelente ilustrador “da transição do modelo *encoding/decoding* para a nova tradição da análise de recepção”, o autor analisou como a televisão é utilizada no contexto familiar, ou seja, a recepção da televisão na vida cotidiana (MORLEY, 1986). O estudo chegou às seguintes conclusões:

O gênero dos telespectadores é uma variável crucial que funcionou em todas as famílias estudadas. Nenhuma das mulheres pesquisadas utilizava o controle remoto de forma regular, com exceção das famílias em que o homem estava desempregado e a mulher trabalhando. Os homens preferiam assistir televisão em silêncio, enquanto mulheres incluíam conversas e outras atividades domésticas. Os homens planejavam mais os horários e os programas que assistiam, assistiam mais televisão e controlavam o uso dos vídeo cassetes; [As] diferenças e desigualdades relacionadas ao gênero dos telespectadores dão forma ao processo de recepção da televisão (PORTO, 2003).

Foi uma pesquisa que saiu do abstrato para a prática concreta. Porém, fracassou em uma das propostas iniciais: investigar não só como a televisão é utilizada nas residências, mas também como suas mensagens são interpretadas, além de desprezar a relação entre elas. Logo, uma das principais características de Morley na transição do modelo *encoding/decoding* para a análise de recepção é um afastamento das questões políticas relacionadas ao conteúdo da mídia e estruturas sociais mais amplas e uma maior ênfase nas atividades concretas dos membros da audiência (PORTO, 2003).

Como se viu ao longo desse curto histórico de análises sobre as influências que a mídia exerce no espectador, de uma forma ou de outra, estavam mais comprometidos com um tipo de produção de informação, ou seja, ou dados quantitativos ou qualitativos, expressos como estudo dos efeitos ou pesquisas de recepção, respectivamente. Tais modelos, efeitos e recepção, são referências da reflexão contemporânea sobre os fenômenos da comunicação. Ficam mais claros na citação abaixo:

Se o pesquisador está interessado em investigar como os membros da audiência interpretam as mensagens da mídia e constroem representações, como é geralmente o caso na pesquisa de recepção, métodos qualitativos permitem a elaboração de um relato detalhado do complexo mundo simbólico das audiências. Mas devido ao pequeno número de participantes em estudos qualitativos, torna-se impossível generalizar os seus resultados para a população como um todo. Por outro lado, se o pesquisador está interessado em identificar os padrões gerais do comportamento e as atividades da audiência, como é geralmente o caso no estudo dos efeitos, métodos quantitativos oferecem instrumentos valiosos para elaborar relatos mais sistemáticos e precisos. Todavia,

métodos quantitativos não oferecem aos sujeitos pesquisados a oportunidade de se expressarem livremente (PORTO, 2003).

Desse ponto de vista teórico, percebe-se que é algo que sempre estará em discussão, pois se trata de comportamento humano e isto, além de flexível em si, é metamórfico também, haja vista seus contextos. Nesse sentido, a contribuição de (PORTO, 2003) foi sugerir a correlação dos dois métodos de pesquisas, o enfoque integrado, onde ambos se tornariam uma conjuntura mais ampla e precisa, superando muitas das limitações existentes nessa área.

Ainda ficaram claras outras restrições destes estudos. Desde o comprometimento com empresas de comunicação por uns, ou desprezando o fator político das audiências por outros, seus autores sempre se esbarraram em ressalvas. A análise de Porto (2003) não questionou a fundo a intencionalidade nas pesquisas, mas elas se mostraram divididas em dois grupos distintos, as que apresentavam limitações de caráter mais técnico e outras em que se afirmam o descompromisso injustificado de desconsiderar a abrangência política e social, o que dá suporte a questionar o grau de proteção das pesquisas ao verdadeiro poder das mídias. Isso é ainda mais reforçado

em uma interessante reanálise dos dados de Morley (1986), Kim (2001) demonstra que a conclusão de que a posição social dos espectadores não teve efeito no processo de decodificação do programa estava equivocada. Depois de introduzir controles a partir de algumas variáveis como idade, gênero e raça, os efeitos de classe social nas atividades interpretativas dos participantes do estudo tornaram-se mais claros (PORTO, 2003).

3.2 A ESTREITA RELAÇÃO ENTRE AS PRINCIPAIS MÍDIAS E OS GRUPOS SOCIAIS HEGEMÔNICOS

Sousa (2006) faz um apanhado sobre os processos de hegemonia e seus meios de estruturação, para isso se utiliza de alguns autores. Para Gramsci (1971), cada sociedade contribui para a manutenção e expansão de sua hegemonia ideológica, uma vez que isso vem da competência dominante em modelar sua ideologia enquanto sistema de interpretação e de significação usado globalmente no meio social (SOUSA, 2006). Ainda sobre esse autor, Sousa escreve:

a comunicação jornalística, ao dar visibilidade apenas a certos acontecimentos e certas ideias e ao participar nos processos de interpretação e de significação construídos sobre esses acontecimentos e sobre essas ideias, é uma das mais importantes forças de sustentação e amplificação da ideologia dominante e hegemônica. Gramsci expandiu ainda a ideia marxista clássica de que o estado capitalista possui um aparelho destinado a **constranger** as dinâmicas sociais e a assegurar a manutenção do sistema, [este] aparelho de domínio que favorece a consolidação e expansão da hegemonia ideológica engloba também as igrejas, as escolas, os sindicatos e, em particular, a comunicação social (SOUSA, 2006, p. 419).

Em resumo, Sousa (2006) afirma que Gramsci (1971) compreende e destaca a importância dos meios de comunicação para a transmissão de fatos e de ideais em uma sociedade, mas que todo o aparelho age em sintonia para amenizar os atos mais rígidos do Estado e, ou elevar à notoriedade popular aqueles que valorizam a atuação dos grupos do poder. Já Althusser (1971) enxerga a comunicação social dentro do espectro de influência ideológica dominante, porém não exerce a importância que Gramsci acredita, Althusser dá mais ênfase ao “papel da cultura enquanto veículo da ideologia dominante e hegemônica” (SOUSA, 2006, p. 419-420).

Quanto aos filósofos frankfurtianos, de terceira geração, eles

atribuem à comunicação social influências positivas (ou, pelo menos, potencialidades positivas). Por exemplo, Hans Magnus Enzensberger defende que os meios de comunicação, em especial a televisão, possuem um grande **potencial emancipador**, já que possibilitam a consciencialização das pessoas para os problemas das sociedades contemporâneas e podem estimular a participação nos processos de tomada de decisão. Por isso, para ele a comunicação social, mais do que uma indústria cultural, é uma **indústria da consciência**. Infelizmente, para Enzensberger, esse ideal utópico dos meios de comunicação está longe de ser alcançado, pois estes, ao invés de terem gerado diálogo democrático, tornaram o seu discurso acentuadamente comercial (SOUSA, 2006, p. 420-421).

Esses autores têm em comum, além da crítica mais aguda ao liberalismo, a concepção de que as sociedades são, de uma forma geral, dirigidas por grupos privilegiados, detentores do poder ideológico e que através de sua influência no Estado, na indústria cultural e, ou nos meios de comunicações de massa, as mídias, conseguem moldar a realidade para próximo do seu raio de interesses.

Na prática, e já fazendo referência ao Brasil, um exemplo da estreita relação entre as mídias e a ideologia dominante é o modelo de televisão pública no Pará, trazido por Castro (2012), ele afirma existir “um pensamento conservador de longa

duração e com grande eficácia simbólica, [apropriado] pelos setores sociais dominantes do estado do Pará”. O autor, procurou observar como

A subjetividade, através da programação e do discurso da TV Cultura, afirma o *ethos* dominante nesses grupos hegemônicos e como ela é apropriada pelos sucessivos grupos de poder que governaram o Estado desde sua criação: PMDB, PSDB-DEM e PT (CASTRO, 2012, p. 150).

Embora os recursos para o efetivo funcionamento dessa emissora só tenham possibilitado isto já em 1985 (a rádio) e oficialmente em 1987 (a TV), desde o decreto de sua criação, em 1977 como Funtelpa, ela já tinha objetivos “recônditos”.

Nessa época [da criação], o regime militar incentivava a instalação de emissoras de rádio, conquanto alinhadas à sua política. Havia nessa estratégia um duplo objetivo: criar um sinal de comunicação intermitente capaz de integrar o território nacional – no caso da Amazônia um objetivo particularmente estratégico – e ocupar o espectro, evitando que o sinal de emissoras em Ondas Curtas (OC) de países do bloco socialista fossem captados (ROBERTS, 1995; In CASTRO, 2012, p. 151).

Uma vez no ar, nos programas como *Belém Urgente*, *Cultura da Terra*, *Janela de Belém*, *Janela do Pará*, *Momento Comunitário*, *MPP Acústico*, *Planeta Água* e *Ronda dos Orixás*, todos numa sequência de três governos do PMDB, o discurso percebido era de ordem ideológica nativista-patrimonialista, uma busca de manter viva a cultura paraense. O período seguinte foi o que teve o PSDB no governo. Segundo Castro (2012), o padrão permaneceu quase o mesmo, mas o autor destacou um “fato bizarro”, o

convênio entre a Funtelpa e o grupo privado de comunicação Organizações Rômulo Maiorana (ORM), retransmissora da Rede Globo de televisão na maior parte do Estado do Pará, caracterizou toda a gestão do PSDB-DEM no governo paraense. Trata-se de um fato maior, que determina a própria dinâmica política da emissora (CASTRO, 2012, p. 155).

O convênio já existia, mas foi invertida a lógica, era o grupo privado que pagava pelo uso dos transmissores da emissora, e com o novo contrato foi o Estado que passou a pagar para que alguém utilizasse seus próprios transmissores. Na sequência, chega o PT ao governo do Estado do Pará e não se percebe mudanças radicais no plano ideológico nativista, mas há uma reestruturação da rede pública de comunicação na tentativa de dar verdadeira formatação pública a esse espaço, além de desfazer o supracitado contrato e recuperar o sinal da emissora no interior do Estado. Nas palavras de Castro (2012), a TV Cultura, na gestão do PT (até 2010)

apenas reafirmou o mesmo padrão ideológico dos setores conservadores da sociedade paraense (CASTRO, 2012, p. 155-158).

Logo, para o exemplo paraense pode-se concluir a utilização dos meios comunicacionais com as seguintes palavras:

A produção da identidade cultural paraense como representação, primeiramente reificada e, depois, social, **constitui a verdadeira política cultural dos grupos sociais hegemônicos do Pará**. Isso acontece desde que, em 1974, foi criada a Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Turismo, abarcando todas as suas posteriores metamorfoses. **A matriz discursiva da identidade é sua ideologia. A Funtelpa, como outros aparelhos culturais do Estado, é seu veículo**. Os artistas, intelectuais e produtores de sentido que materializam essa veia discursiva, emocionados, éticos, competentes e sinceros - ou não - são o substrato útil que os grupos dominantes utilizam para produzir a representação social da realidade tal como ela melhor convém ao jogo intersubjetivo encenado (CASTRO, 2012, p. 166).

Em outro exemplo sobre o comportamento da mídia brasileira, o Presidente do Supremo Tribunal Federal–STF brasileiro, Ministro Joaquim Barbosa, conhecido por suas declarações corajosas sobre a estrutura de poder do país e seus reflexos, segundo reportagem no Jornal Nacional da rede Globo de televisão, exibida no dia (03) três de maio de 2013, que cobriu a Conferência Internacional em Comemoração ao Dia Mundial pela Liberdade de Imprensa, em São José, na Costa Rica, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), ele declarou sobre os jornais impressos do Brasil, que:

Não há diversidade ideológica e, no campo das ideias, há uma certa inclinação para a direita. Sobre a mídia em geral, disse que a presença de pessoas negras é rara, seja em postos de trabalho na imprensa e na teledramaturgia, seja em cargos de chefia (BOMTEMPO, 2013).

A mesma reportagem mostra que sequer a Associação Nacional de Jornais e a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão [...] se manifestaram sobre as declarações (BOMTEMPO, 2013). Com esse exemplo/constatação do Presidente do STF, acreditasse que, em matéria de confiabilidade, este item está creditado.

3.3 A INTERNET E A POSSIBILIDADE DE LIBERDADE NA MÍDIA MODERNA

Mesmo a internet sendo uma ferramenta tipicamente contemporânea, já da última metade do século passado, os trabalhos sobre ela são vastos, grandiosos e tem ganhado cada vez mais atenção e importância. Atualmente, tem sido tema de diversas discussões a respeito do seu uso nos campos da informação, da pedagogia, da sociologia etc., levando para o debate seus desafios e perspectivas.

A Internet é a simplificação da expressão *Internetwork system*, que significa *sistema de interconexão de rede de comunicação*. Em resumo, é um conjunto enorme de redes de comunicação diferentes, conduzidas por uma grande quantidade de organizações e interligadas de forma coletiva formando a Internet (GARCIA, 2004). A Internet pode permitir a comunicação e o compartilhamento de recursos e dados com pessoas em sua rua ou ao redor do mundo. Uma das maiores vantagens da Internet é que ela é uma ferramenta que fornece acesso a uma enorme quantidade de informações que estão disponíveis em todo o mundo. O uso dessas redes, locais (LAN) e remotas (WAN), com computadores pessoais ligados entre si e/ou a mainframes possibilitam essa interação (GARCIA, 2004).

Pegando um gancho na história, quando acabou a guerra fria, com a derrocada do socialismo real e do sistema econômico da URSS, os investimentos bilionários de capital voltaram-se para o desenvolvimento de tecnologias da informação nos EUA, foi um novo período econômico que se abriu naquele país. Ou seja, o embasamento da indústria da informação, espectrando para “fabricantes de hardware e software e produtores de conteúdo como base de dados, notícias, entretenimento, etc.” (MARCONDES, 1997, p. 59). Se no início a internet caracterizava-se pela troca científica entre pesquisadores de universidades, esta teve sua utilização expandida e multidirecionada.

Este período também passa a ser visto como “sociedade da informação” e é explicado por Marcondes (1997) como a “*superação dos paradigmas tecnológicos, logísticos e de gestão da produção da sociedade industrial*”. Ele argumenta que esse novo projeto econômico, inclusive de hegemonia dos EUA, “*tem suas diretrizes estabelecidas nas propostas da ‘National Information Infra-structure-NIL’ da administração Clinton, nas diretrizes de política externa e comercial do EUA...*”. Ou seja, a internet deixou a tipicamente acadêmica e sem cobranças para coexistir com uma infraestrutura de reprodução do capital.

A mesma “sociedade da informação” é para Santos e Carcalhyo (2009) a sociedade que está em constituição, na qual a utilização das tecnologias de armazenamento e transmissão de dados e informação são produzidas com baixo custo, para que possa atender às necessidades das pessoas, porém um dos diferenciais dessas autoras é que elas também chamam a atenção para “a questão da exclusão, agora não mais social, mas também digital” (SANTOS; CARVALHO, 2009, p. 46).

Com a internet as possibilidades de negócios, comunicação e conhecimento são inimagináveis. Ela surge para o século XXI como um dos, quiçá o mais potencializador elemento de um novo espaço econômico unificado na economia global (MARCONDES, 1997, p. 59-60). É este o principal impulso de interesse em um mundo informatizado, afinal atende à produção capitalística na indústria material e na intelectual. Por isso, é importante ser cauteloso sobre a intencionalidade ou liberdade desse meio. Nesse sentido, Dantas alerta para o seguinte:

O espaço da internet, agora tão fundamental para o capital, começa a ser moldado cada vez mais por este, para adequá-lo às suas necessidades, como aconteceu com as telecomunicações nas décadas de 1920 e 1930 nos EUA [e outros países], quando passaram de atividades livres a serviços regulados e submetidos ao regime de concessões do Estado (DANTAS, 1996; In. MARCONDES, 1997, p. 60).

No Brasil, ainda sobre esse tema, esteve sob o olhar da imprensa a aprovação do Marco Civil da Internet que vai regular o setor, sancionado em 23 de abril de 2014. O relator do projeto foi o Deputado Federal Alessandro Molon, mesmo partido que ocupa a presidência da república. Em reportagem do programa “Observatório da imprensa”, exibido em 08/04/2014, o Marco Civil da Internet brasileira é apontado como um dos mais completos do mundo, além de colocar o Brasil na vanguarda mundial (OBSERVATÓRIO, 2014).

O Marco Civil da Internet foi elogiado, principalmente, no que referencia o princípio da “*neutralidade*” da rede, sendo o Brasil um dos poucos países a constituir esta como regra, ou seja, todos os pacotes de dados devem trafegar na mesma velocidade independente do conteúdo, destino ou origem. Na prática, não cobrar pelo tipo de informação, apenas pela quantidade trafegada. Outro destaque foi dos dados que mesmo sendo armazenados fora do país, as leis brasileiras deverão ser

respeitadas, a guarda de informações do usuário deve ser por seis meses, em caráter sigiloso e as preferências não monitoradas (OBSERVATÓRIO, 2014).

A não quebra da neutralidade ainda foi importante para a questão da concorrência desigual na rede, onde os grandes grupos de mídia (operadoras) no setor levariam vantagem. Nesse caso, os provedores regionais permaneceram com condições de sobreviverem (OBSERVATÓRIO, 2014).

Mas também houve questionamentos, entre eles, no que tange a “retirada de conteúdo e responsabilidades”. Em entrevista ao mesmo programa supracitado, “Observatório da imprensa”, o jornalista do provedor UOL, Caio Túlio Costa comenta que pode haver no entendimento de um juizado especial, mesmo sem ouvir a defesa, mandar retirar um conteúdo da rede se alguém entender que este está em desacordo. Afirma que isto pode ser “muito ruim para imprensa, podendo inclusive se ver censurada de uma maneira injustificada” (OBSERVATÓRIO, 2014).

Mesmo com questionamentos, o tratamento legal dado ao Marco Civil da Internet brasileira, pelo que se percebe em Observatório (2014), na fala de Caio T. Costa, se por um lado pode sugerir a possibilidade de controle ou censura no que tange aos “conteúdos e responsabilidades”, por outro, é importante perceber que, na prática, se está vendo materializar o que Sousa (2006) chamou a atenção, a partir de Lança (2002), sobre a “multiplicidade de espaços públicos” e, por conseguinte, a institucionalização de “processos de formação das opiniões” a partir das tecnologias da comunicação, principalmente com a Internet, que “difundem diferentes discursos em diversos contextos e ajudam à criação de uma rede diferenciada de espaços públicos locais e inter-regionais, literários, científicos e políticos , [...]”, que se interrelacionam e criam um “espaço público global”, plural e democrático (LANÇA, 2002, p. 137. In: SOUSA, 2006, p. 143-144).

Atualmente, para efeito de exemplo dessa nova mídia que busca liberdade de informação, entre outros, surgiu no Brasil um grupo que se intitula de “*Mídia Ninja*” que está materializando a exploração da informação ainda crua e no calor dos acontecimentos, na tentativa de um outro olhar sobre a informação e diferenciado da mídia tradicional. Segundo um de seus fundadores, Bruno Torturra, NINJA é uma sigla que significa “Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação”, é uma rede de jornalismo independente, fruto de um processo de conexão de coletivos culturais no país inteiro, ao longo dos últimos dez anos” (MÍDIA, 2013). Pablo Capilé, outro cofundador, explica que para se manter financeiramente e independente, a NINJA

vem de uma rede que já está atuando a dez anos, uma delas é o “fora do eixo” que tem cerca de duas mil pessoas que prestam uma série de serviços de suporte e de estrutura para que isso [a Mídia Ninja] aconteça. Elas [as pessoas] são divididas em casas coletivas no Brasil inteiro, que tem caixas coletivos, e que vieram a partir de articulação das artes (música, literatura, audiovisual etc.). Essas articulações em rede foram sendo construídas e essas casas foram se estruturando (MÍDIA, 2013).

Ainda segundo Pablo, o “fora do eixo” presta serviços de designers, jornalismo, fotografia etc., em oficinas, debates, festivais pelo Brasil e nessas ações criaram “meios de produção” para ser independente e autônomo para investimentos em iniciativas como a própria Mídia Ninja, que surgiu dentro do “fora do eixo”. É uma alternativa ao modelo tradicional (MÍDIA, 2013). Já Bruno Torturra, a respeito da crise financeira que passa atualmente alguns grupos da mídia tradicional, aproveita a deixa e afirma sobre a entrada desta na rede, o seguinte:

A própria razão pela qual a mídia [tradicional] está em crise financeira, é porque ela é vista, antes de mais nada, como um modelo de negócio, como algo que deve gerar lucro na mesma forma que uma indústria, e acho que nas últimas décadas a informação foi cada vez mais sendo tratada como um ‘*commodities*’. O próprio modo como os jornais migraram para a internet, eles não entenderam que a rede deveria pré-supor uma outra lógica econômica. Também que não pode ser igual a lógica analógica de um jornal, de uma circulação anacrônica. [...] Quando a gente está na ‘idade da informação’, não mais na era industrial, como é que o jornalismo ainda é pensado nos moldes do começo do século XX? (MÍDIA, 2013).

Enquanto a mídia convencional passa por um processo de mudança conjuntural, como a própria migração para a internet, a proposta do “fora do eixo” é inovadora para os padrões atuais. Ele está conseguindo embrionar e, por enquanto, manter a Mídia Ninja. Ainda não está bem compreensível o seu *modus operandi*, mas está funcionando. Mesmo assim, seus interlocutores defendem a essencialidade de políticas públicas para a comunicação e a cultura (MÍDIA, 2013).

Outra coisa importante que falou Torturra, e que também vale para a essência desse trabalho, é que se a população quiser ter uma informação isenta ou uma mídia livre precisará também arcar com determinados custos. Existem propostas dentro da MN de ampliação de arrecadação que estão sendo analisadas, justamente para interagir e integrar um público cada vez maior. Se isto acontecer, pode ser o início de uma profunda mudança na distribuição de forças informativas que se tem hoje no país (MÍDIA, 2013).

4 A EDUCAÇÃO E A INFLUÊNCIA DA MÍDIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

4.1 A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO EM FORMAÇÃO NO CENTRO E NA PERIFERIA DO SISTEMA PRODUTIVO VIGENTE

É importante iniciar o capítulo sobre a abrangência que as mídias modernas podem exercer na educação com o fato de que os países envolvidos no modo de produção capitalista, dos séculos XIX e XX, centrais e periféricos estão em processo de aperfeiçoamento e, ou transição, respectivamente, para a chamada “sociedade da informação”. Este novo modelo é visto como a superação da sociedade industrial por uma lógica de funcionamento que privilegia informação, conhecimento e tecnologia. Através disso, subentende-se também que há uma busca maior de compreensão das relações sociais e econômicas e, conseqüentemente, um crescimento exponencial da importância dos meios de informação (MARCONDES, 1997).

Num rápido histórico do tema, ainda no fim do século XX, o termo “*sociedade da informação*” já era usado para substituir um mais complexo chamado de “*sociedade pós-industrial*” e trazer o conteúdo de um novo paradigma (WERTHEIN, 2000, p. 71). Na verdade, essa sociedade

está ligada à expansão e reestruturação do capitalismo desde a década de 80 do século que termina. As novas tecnologias e a ênfase na flexibilidade – ideia central das transformações organizacionais – têm permitido realizar com rapidez e eficiência os processos de desregulamentação, privatização e ruptura do modelo de contrato social entre capital e trabalho característicos do capitalismo industrial. [...] As transformações em direção à sociedade da informação, em estágio avançado nos países industrializados, constituem uma tendência dominante mesmo para economias menos industrializadas e definem um novo paradigma, o da tecnologia da informação, que expressa a essência da presente transformação tecnológica em suas relações com a economia e a sociedade (WERTHEIN, 2000, p. 72).

Tanto nas nações industrializadas ou em desenvolvimento, o avanço tecnológico na microeletrônica e telecomunicações também se deu com incentivos do Estado, este repetindo o papel que teve nos primórdios da era industrial. Coincidência ou não, assim como naqueles séculos XVIII e XIX, em que o capitalismo ampliou a disparidade econômica entre países significativamente, o novo paradigma informacional também já gera variações entre países e grupos sociais “ricos e pobres” em informação, reproduzidos pelas desigualdades históricas no desenvolvimento

industrial. Este é o primeiro desafio ético desta nova sociedade e que precisa ser encarado por uma ação social consciente (WERTHEIN, 2000, p. 73).

Werthein (2000), citando Guevara (2000), expõe melhor a dimensão desse problema social:

Enquanto no mundo industrializado a informatização de processos sociais ainda tem de incorporar alguns segmentos sociais e minorias excluídas, na grande maioria dos países em desenvolvimento, entre eles os latino-americanos, vastos setores da população, compreendendo os médios e pequenos produtores e comerciantes, docentes e estudantes da área rural e setores populares urbanos, adultos, jovens e crianças das classes populares no campo e na cidade, além daquelas populações marginalizadas como desempregados crônicos e os 'sem-teto' engrossam a fatia dos que estão ainda longe de integrar-se no novo paradigma (GUEVARA, 2000; In: WERTHEIN, 2000, p. 73).

Quer se queira quer não, esse desafio ético também gera perspectivas negativas, caso se considere o histórico de defasagem desenvolvimentista dos países periféricos da fase capitalística industrial, frente aos países centrais, já que nunca foi resolvido. A constituição dessas sociedades da informação constitui um importante desafio ético, “desafio que somente a ação social consciente poderá superar, já que certamente não será resolvido pelo avanço tecnológico em si mesmo, nem por uma hipotética evolução natural” (WERTHEIN, 2000, p. 73).

Em contrapartida, a sociedade da informação, depois do “*temor diante dos efeitos da automação dos setores produtivos, os avanços da informática e da telemática*”, trouxe a expectativa nos países industrializados de que a internet daria “*suporte ao sonho de integração mundial dos povos por meio de infovias globais*” (Werthein, 2000, p. 73). E esse pensamento trouxe perspectivas positivas, Werthein (2000) ainda afirma que:

a substituição de insumos baratos de energia por informação como fator-chave do novo paradigma representa, para a sociedade, uma saída inesperada para a questão estrutural da degradação do meio ambiente. [...] fundamenta a concepção da sinergia capaz de conferir dinamismo ao processo de mudança desde que deflagrado, reforça [também] a ideia da impossibilidade de integração 'parcial' ao novo paradigma (WERTHEIN, 2000, p. 73).

Num sentido mais geral, segundo Santos (2009), fazendo uso de Kumar (1997), já em fins do século passado, a noção basilar sobre a sociedade pós-industrial residia na passagem para uma sociedade em que predominaria os serviços e maiores oportunidades empregatícias para os profissionais liberais e de nível técnico, o que

acabou, para Santos, produzindo alterações nos alicerces das relações de trabalho e produção de bens e consumo das sociedades envolvidas. O que permaneceu na primeira década do século seguinte, sobre isso Santos (2009) afirma que se pode

entender por “sociedade da informação” [aquela] que está em constituição, na qual a utilização das tecnologias de armazenamento e transmissão de dados e informação são produzidas com baixo custo, para que possa atender às necessidades das pessoas, além de se preocupar com a questão da exclusão, agora não mais social, mas também digital (SANTOS, 2009, p. 46).

No Brasil, a intenção de estimular a inclusão digital fez o governo elaborar o “Programa Sociedade da Informação”, em setembro de 2000, encabeçado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, contando com o esforço de vários órgãos e se balizando em programas experimentados em países europeus. Em linhas gerais, o projeto pautou-se em três fenômenos/pilares: “a convergência da base tecnológica, a dinâmica da indústria e o crescimento da Internet”. O governo FHC termina em 2002 e as tentativas de pôr o programa em prática não logram os resultados esperados. A tarefa fica para o governo seguinte, o de Lula (SANTOS, 2009, p. 47).

Mesmo com a troca de governo com distância ideológica em certos aspectos, não houve a preocupação com “a alfabetização digital e com a produção de conteúdo [nativo] e troca de informações”, ou seja, o país permaneceu apenas com a meta de inclusão digital e valorização da conectividade. Nesse sentido é importante lembrar que a “exclusão [digital] está centrada na falta de recursos financeiros dos países de Terceiro Mundo, na desigualdade social, no analfabetismo e na alfabetização precária” (SANTOS, 2009, p. 47).

Logo, países periféricos como o Brasil, com conjunturas parecidas, e o continuísmo dessa passividade na elaboração de suas políticas sobre as Tecnologias da informação, justificam a preocupação de autores como Guevara (2000), Marcondes (1997), entre outros, a tendência será de apenas replicar a dependência, não mais só industrial, mas também tecnológica e de fluxo de conhecimento.

4.2 A MÍDIA E SUA INFLUÊNCIA NOS NOVOS RUMOS DA EDUCAÇÃO. POPULARIZAÇÃO QUALITATIVA OU CONTINUÍSMO?

Fazendo o mesmo corte histórico, analisando a partir da Idade Moderna, Saviani (2013) esclarece que nesse período de constituição da sociedade capitalista as “comunidades naturais” do medieval foram se transformando em “sociedade contratual, baseada em relações formais e centrada na cidade e na indústria” e que traz consigo a “exigência de generalização da escola”. Ou seja, a produção localizada na cidade e com caráter industrial, levou o conhecimento, tido à época como “a ciência que é uma potência espiritual, [a se converter], através da indústria, em potência material”. E mais, nesse contexto de progressão do mundo urbano-industrial, avança também a percepção do conhecimento visto como “poder”, bem como a já citada “exigência da expansão escolar”. Isso explica o porquê da “sociedade moderna e burguesa [levantar] a bandeira da escolarização universal, gratuita, obrigatória e leiga. A escolaridade básica deve ser estendida a todos” (SAVIANI, 2013, p. 160-161).

A universalidade da escola “gratuita e obrigatória, [de] caráter da burguesia revolucionária” não preconizava literalidade. Apenas referindo-se aos teóricos que eram favoráveis à escolarização dos trabalhadores, Saviani (2013) já mostra o quanto isso era inteligentemente pensado, como na famosa frase atribuída a Adam Smith, quando ele diz: “Instrução para os trabalhadores, porém, em doses homeopáticas”. Na sociedade moderna, o “saber é força produtiva” transformado pela máquina em “potência material” (SAVIANI, 2013). Para ser mais direto:

A sociedade capitalista é baseada na propriedade privada dos meios de produção. Se os meios de produção são propriedade privada, isto significa que são exclusivos da classe dominante, da burguesia, dos capitalistas. Se o saber é força produtiva deve ser propriedade privada da burguesia. Na medida em que o saber se generaliza e é apropriado por todos, então os trabalhadores passam a ser proprietários de meios de produção. Mas é da essência da sociedade capitalista que o trabalhador só detenha a força de trabalho (SAVIANI, 2013, p. 160-161).

Nessa contradição histórica e inerente ao capitalismo, Saviani (2013) ainda contribui para o entendimento na sequência de seu trabalho:

Aí está a contradição que se insere na essência do capitalismo: o trabalhador não pode ter meio de produção, não pode deter o saber, mas, sem o saber, ele também não pode produzir, porque para transformar a matéria precisa dominar algum tipo de saber. Sim, é preciso, mas “em doses homeopáticas”,

apenas aquele mínimo para poder operar a produção. É difícil fixar limite, daí por que a escola entra nesse processo contraditório: ela é reivindicada pelas massas trabalhadoras, mas as camadas dominantes relutam em expandi-la (SAVIANI, 2013, p. 160-161).

Os recortes acima evidenciam que a necessidade de mão de obra especializada nas fábricas, levou as sociedades capitalistas, nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, a se dedicarem “à tarefa de constituir os seus sistemas nacionais de ensino, generalizando, assim, a escola básica” para os trabalhadores, diferente do tipo de educação reservada às elites (SAVIANI, 2013).

Levando-se em consideração o histórico exposto ao longo deste trabalho sobre o surgimento e aprimoramento das mídias, desde a imprensa de Guttrberg até o uso da internet neste momento, sua aproximação com o Estado e grupos sociais através dos trabalhos de Porto (2006), Sousa (2002) e Sousa (2003), bem como, e, conseqüentemente, os invólucros de interesses dessas mesmas mídias, como no caso brasileiro do Estado do Pará analisado por Castro (2012), provavelmente, é possível agora falar da influência da mídia sobre a educação atualmente, uma vez que a educação formal, como também lembra Saviani (2013), é regulamentada pelo Estado e com um fim muito semelhante entre os países, ou seja, dotar o trabalhador do conhecimento mínimo necessário para este produzir.

Marcondes (1997), citando Bell (1977), já identificava o avanço tecnológico, bem como mudanças econômicas, sociais e culturais que passam as sociedades industriais como uma transição para um patamar pós-industrial, ou melhor dizendo, “sociedade da informação”, onde “o conhecimento e inteligência social que os países ou organizações sejam capazes de mobilizar passam a ser recursos econômicos muito mais significativos que matérias-primas, recursos naturais, extensão territorial, capacidade industrial, etc.” (MARCONDES, 1997, p. 59).

É importante lembrar desse ponto porque quem lidera esse processo de transformação são os antigos países centrais da sociedade industrial, principalmente os EUA (MARCONDES, 1997, p. 58-59). Logo, merece atenção a preocupação deste autor sobre o real impacto das Tecnologias da Informação e comunicação (TIC's) e o papel destas na democratização da internet e, por conseguinte, na informação transmitida, ou seja, conhecimento.

Fazendo um breve histórico, começando por Marcondes (1997), o trabalho deste é apenas sobre o impacto da internet nas bibliotecas brasileiras, mas traz pontos

relevantes para esta discussão aqui, como exemplo, apoiando-se em Catenazzi (1996) e Muller (1994), mostra a percepção da

multiplicidade de recursos informacionais disponíveis na rede, contrastando com os disponíveis no acervo das bibliotecas; acesso imediato a estes recursos; velocidade na comunicação científica propiciada pela publicação direta na rede, extravasando os mecanismos tradicionais de controle e garantia de qualidade da pesquisa, que repousavam sobre o periódico científico [...]; na indústria editorial, concorrência das publicações editadas na rede (com menores custos e sua consequente multiplicação) com o periódico científico editado em papel (CATENAZZI, 1996; MULLER, 1994; In: MARCONDES, 1997, p. 62).

Avançando um pouco mais, a euforia prossegue, Garcia (2004) afirmava

Para a educação, a Internet pode ser considerada a mais completa, abrangente e complexa ferramenta de aprendizado do mundo. Podemos, através dela, localizar fontes de informação que, virtualmente, nos habilitam a estudar diferentes áreas do conhecimento. Para a comunidade científica ou de pesquisa, podemos dizer que a Internet é uma ferramenta indispensável. Através dela, tem-se acesso aos mais avançados recursos de pesquisa do mundo. Desta forma, pode-se discutir pesquisas com outros colegas que trabalham com as mesmas preocupações e procurando-se alcançar resultados iguais (GARCIA, 2004).

É importantíssimo ter o cuidado de exaltar as excelentes perspectivas e concretizações de funcionamento das Tecnologias da Informação e do Conhecimento (TIC), tanto na educação como em outras áreas, que se consolidaram nesse processo. Quase quinze anos atrás, Werthein (2000) já tinha esse cuidado quando teria dito:

é preciso reconhecer que muitas das promessas do novo paradigma tecnológico foram e estão sendo realizadas, particularmente no campo das aplicações das novas tecnologias à educação. Educação à distância, bibliotecas digitais, videoconferência, correio eletrônico, grupos de “bate-papo”, e também voto eletrônico, banco on-line, vídeo-on-demand, comércio eletrônico, trabalho à distância, são hoje parte integrante da vida diária na maioria dos grandes centros urbanos no mundo (WERTHEIN, 2000, p. 75).

Para colaborar com as informações qualitativas já citadas sobre o uso da internet, os dados do Ministério da Educação e Cultura – MEC, sobre a educação superior no Brasil, evidenciaram que “entre 2011 e 2012, as matrículas avançaram 12,2% nos cursos à distância e 3,1% nos presenciais. Com esse crescimento, a modalidade a distância já representa mais de 15% do total de matrículas em graduação” (MEC, 2013). Ou seja, os números apontam crescimento dos cursos na modalidade à distância em, aproximadamente, quatro vezes a dos cursos presenciais.

O salto qualitativo que isto vai gerar na ponta, certamente, será aguardado com muita expectativa.

Porém, em contrapartida, é importante verificar outros pontos de atenção ou vigilância, apontados por alguns autores já citados, tais como Werthein (2000) que alerta e sugere a necessidade de um cuidado no sentido de:

identificar áreas de preocupação com a direção e o ritmo da mudança. Independentemente de aceitarmos ou não a concepção da “neutralidade” ou “ambivalência” da tecnologia, não se pode ignorar as questões éticas relacionadas a ela. [...] Os desafios da sociedade da informação são inúmeros e incluem desde os de caráter técnico e econômico, cultural, social e legal, até os de natureza psicológica e filosófica. Como Leal (1996) chegam a formular os desafios éticos da sociedade da informação em termos de uma múltipla perda: perda de qualificação, associada à automação, e desemprego; de comunicação interpessoal e grupal, transformada pelas novas tecnologias ou mesmo destruída por elas; de privacidade, pela invasão de nosso espaço individual e efeitos da violência visual e poluição acústica; de controle sobre a vida pessoal e o mundo circundante; e do sentido da identidade, associado à profunda intimidação pela crescente complexidade tecnológica (WERTHEIN, 2000, p. 75).

A pertinência da preocupação de Werthein (2000) comunga com Marcondes (1997), quando afirma que para a concretização das potencialidades da internet se faz também mister o acesso amplo das pessoas a ela, e, mesmo nos EUA, na virada do séc. XX, “poucos podiam adquirir o equipamento necessário para acessar os recursos de informação. [E] evidentemente, tais problemas são mais profundos em sociedades como as de países subdesenvolvidos” (SHA; PATRICK; KOCHTANEK, 1996; In: MARCONDES, 1997, p. 64).

No Brasil, na primeira década deste século, além do problema quantitativo de inclusão digital, Santos (2009) traz para discussão um outro de caráter qualitativo. Os programas brasileiros de inclusão digital apresentados pelo Ministério da Ciência da Tecnologia (MCT, 2006), como o exemplo do *Projeto Cidadão Conectado – Computador para Todos*, a princípio, trouxe apenas um teor tecnicista e sem menção à produção de conteúdo e informação, apenas apontam que os programas são:

oferta de instrumentos, meios e facilidades, para os menos favorecidos; oferta de acesso às oportunidades de emprego, geração de renda ou melhoria da renda através da “melhor qualificação profissional” e com isto transformar cidadãos brasileiros, hoje à margem, em participantes ativos do processo de desenvolvimento econômico e social (SANTOS, 2009, p. 49).

O entendimento do termo “inclusão digital” é o compartilhamento dos “métodos de processamento, transferência e armazenamento de informações que já são do uso e do costume de outro grupo” (SANTOS, 2009, p. 50). Claramente essa definição destoa da citação acima e permite que se faça aqui uma comparação. Nesse ponto, encontra-se uma semelhança contextual entre o que disse Saviani (2013), sobre o conhecimento passado aos trabalhadores em pequenas doses, desde o início da sociedade industrial, e Santos (2009) sobre a popularização das tecnologias no Brasil aos excluídos digitais, onde a maior atenção fica ao acesso do que à produção de conhecimento. Nisso, surge a pergunta:

Como pode haver uma melhor qualificação apenas com acesso à tecnologia sem a preocupação com absorção de informações geradas? É como oferecer lápis e caderno a uma criança analfabeta. A qualificação profissional sem a consciência do papel que cada cidadão tem na sociedade de nada adianta, a lacuna por conhecimento e informação continua aberta (SANTOS, 2009, p. 49).

Em uma nova concepção sobre o tema inclusão digital, o *Projeto Casa Brasil* avançou e valorizou “a produção de informação e conhecimento por parte da comunidade beneficiada” e conscientização cidadã no “mundo digital”. Sua linha de ação está na “comunicação comunitária, o governo eletrônico, a educação ambiental, a economia solidária, a cultura livre/software livre, a cultura local, os direitos humanos, o conhecimento livre, a alfabetização e a leitura”, para que nessa produção de conteúdo consiga atingir a melhora da qualidade de vida dos novos incluídos digitais (MCT, 2007: In: SANTOS, 2009, p. 49-50).

No entanto, em termos práticos, o que se observa nesse período não contempla o objetivo pelo qual o projeto foi concebido. No Brasil, o debate acerca da inclusão digital permanece girando em torno da conectividade, no intuito de democratizar a Internet para utilizar o espaço público virtual como “facilitador” da “diminuição das desigualdades sociais”. Santos (2009) alerta que só isso não basta, é preciso fazer com que as informações captadas sejam úteis e, para tal, se faz necessário também a boa “apreensão”, “assimilação”, “produção” e a “disseminação de conhecimentos como fatores determinantes para [uma verdadeira inclusão digital que] não seja mais um elemento de exclusão social, política, econômica e de conhecimento” (SANTOS, 2009, p. 50-51).

Esse último tópico do trabalho, inicia-se com uma pergunta difícil de responder: *A mídia e sua influência nos novos rumos da educação. Popularização qualitativa ou continuísmo?* Para se aproximar o máximo possível de uma resposta, buscou-se diálogo com alguns autores de reflexões diferentes. Garcia (2004), por exemplo, mostra-se esperançoso com o uso das redes interagindo no processo educativo, ampliando a comunicação entre alunos e professores e o “intercâmbio educacional e cultural [...] removendo o isolamento das escolas, acelerando a autonomia de aprendizagem dos alunos em seus próprios ritmos, assim a educação está assumindo um caráter coletivo e um dever de todos” (GARCIA, 2004, p. 30).

Antes de Garcia, Marcondes (1997) também trouxe a compreensão dessa contribuição no âmbito das bibliotecas virtuais em plena era da sociedade da informação. Ou seja, “multiplicidade” e “velocidade” das informações na “comunicação científica”, a superação dos “mecanismos tradicionais de controle e garantia de qualidade da pesquisa”, podendo inserir os periódicos diretamente na rede. Mas, já alertava para a dificuldade do acesso digital aos grupos socioeconomicamente mais vulneráveis, o que dificultava a popularização do conhecimento (MARCONDES, 1997, p. 62).

Já Werthein (2000) traz a importância e necessidade da inclusão digital, mas também aprofundou as análises sobre os entraves existentes e as precauções a se tomar quanto à formação da sociedade da informação no Brasil. Além do que já foi mostrado antes, ele alerta que

na sociedade globalizada em que avança o novo paradigma, a emergência de novas forças de exclusão se dá tanto em nível local quanto global e requer esforços em ambos os níveis no sentido de superá-las. [E para superá-las, serão necessários] investimentos na elevação das capacidades tecnológicas locais e no desenvolvimento das instituições políticas, culturais, econômicas e sociais (WERTHEIN, 2000, p. 76).

E, por fim, Santos (2009), além do que já foi mostrado desse autor, como mostra dos entraves existentes e alertas a se ter, também diz o seguinte:

A realidade mostra-nos que os milhões de brasileiros que estão no espaço público virtual não utilizam a rede como deveriam e embora boa parte dela seja digitalmente incluída, é excluída on-line. A posição do governo brasileiro em relação ao uso das TICs e da apropriação do espaço público virtual mostra que a inclusão digital, apesar de ser importante, é vista apenas pelo lado da conectividade (SANTOS, 2009, p. 50).

Como sugestão, Santos (2009) apoia-se em Silva Filho (2003) e deixa uma mensagem:

A produção de conteúdos pode gerar coletivos inteligentes e conscientes de seu papel na sociedade. Com a informação sendo usada a seu favor, o cidadão pode ser beneficiado em vários setores, como o econômico, cultural e social. Segundo Silva Filho (2003) “três pilares formam um tripé fundamental para que a inclusão digital aconteça: TIC, renda e educação” (SANTOS, 2009, p. 51).

Logo, quando se observa que “a conexão internacional dos países em desenvolvimento e até da Europa está extremamente concentrada em poucos pontos de acesso” (WERTHEIN, 2000, p. 76), inclusive acarretando maior preço de acesso nos países periféricos, considerando o Brasil como um país periférico, com uma lógica de produção capitalista e uma herança colonial ainda hoje refletida na debilidade econômico-social e educacional, pode-se levantar algumas perguntas, tais como: será que a popularização das TIC's democratizará o acesso ao conhecimento e, por conseguinte, a tão necessária educação de qualidade? E, em caso afirmativo, quando? Afinal, as tecnologias partem dos países centrais, os mesmos da Revolução Industrial que controlavam o conhecimento, como afirmou Saviani (2013), que por sinal são os mesmos vanguardistas deste novo modelo de sociedade informacional.

Portanto, a caracterização do Brasil nesse momento o deixa numa bifurcação onde, por um lado, com menos facilidades, pode surgir uma sociedade da informação de elementos independentistas e libertários ou, do outro, uma sociedade recriada da mescla entre os avanços tecnológicos experimentados nos últimos anos e as limitações estruturais da herança colonial. Qual modelo então predominará no país?

Analisando pela lógica industrial já citada, é de se esperar que os agentes sociais envolvidos farão o possível pela sobrevivência de cada lado, usando o que estiver a sua disposição. Nesse cenário, e não menos importante, de uma forma ou de outra, a mídia terá importância vital, inclusive no processo educacional, em contorno livre ou comprometido, afinal, “o avanço do novo paradigma dependerá de como serão resolvidas as tensões entre as culturas e modos de organização social existentes e aquelas que começam a se tornar dominantes” (WERTHEIN, 2000, p. 76).

Por fim, a internet, mesmo tendo um alto potencial de transmissão de informações, é apenas mais um meio, um média, como diria Sousa (2006), portanto, mesmo com um fluxo sabidamente majorado e diverso de cursos, conteúdos e

peças inseridas, as informações têm emissores e receptores e, a preço do momento, não há garantias que tais informações para os trabalhadores deixarão de ser homeopáticas. Afinal, como alerta Santos (2009), o próprio governo brasileiro ainda privilegia mais o acesso que o conteúdo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o clarear das grandes civilizações surgiu também a comunicação social, como diria (SOUSA, 2006, p. 129-130), “comunicação em sociedade”, trabalhada para uma quantidade ampla de “receptores”, e via de regra utilizando “dispositivos técnicos que suportam a comunicação - os *media*”. E Correia (2009) deixa o tema mais interessante ainda quando aponta que tais mecanismos podem assegurar uma “conformidade de comportamento” na direção de conservação e, ou de transformação de acordo com a cultura e os interesses de cada contexto e seus agentes históricos. Foi nesse sentido que este trabalho se ateve a buscar elementos histórico-culturais que pudessem, de alguma forma, colaborar com tais afirmações, porém com maior foco nas transformações de momentos mais próximos da atualidade, nos períodos moderno e contemporâneo.

Entre as principais estruturas da sociedade moderna e contemporânea observadas, com o intuito de identificar padrões culturais passíveis de uso como “controle social” entre grupos e, ou segmentos sociais para exercer(em) influência e governo sobre outros, percebeu-se que a comunicação, tanto na concepção de informação como de meios (*mídia*), tão pode ser um canal para estes fins, como também uma influenciadora na educação e suas perspectivas, como acreditam e afirmaram, respectivamente, os diálogos com Garcia (2004), Marcondes (1997) e Werthein (2000).

Em termos de construção do pensamento, à luz de Heidegger (1979) sobre o estudo do Ser do próprio ser humano, Cotrim (2010) mostrou a diferença entre Ser (essência) e Ente (aparência) e, através de sua explicação, percebeu-se que o ser humano ao se dar conta de si só tem recebido até então elementos sociais externos, na sequência de sua vida, elabora seu(s) projeto(s) e parte em busca de realizá-lo, interage com o mundo natural, social e histórico e, conseqüentemente, sofre confrontos e intervenções. Nessa interposição, geralmente, o seu Eu é derrotado. Em resumo, o Ser ganha características culturais que se identifica com os entes (só que de forma coletiva, aparência coletiva) em maior grau que as individuais (sua própria essência), ou seja, passa a ser mais um construto do meio dissolvido na banalidade do cotidiano. Isso mostra o poder de influência do contato social que, em sua essência, é comunicativo. Ou já coloca o poder influência da comunicação

Fazendo uso da história, o período analisado aqui viu exemplos de conjunturas culturais colapsarem e outras serem alçadas à hegemonia. O pensamento liberal foi um desses que sacudiu a mentalidade das pessoas na Idade Moderna e ajudou a decrepitar os costumes medievais ainda resistentes naquele momento. Com o uso da linguagem e a evolução dos meios de comunicação como tipografias, jornais, revistas etc., o liberalismo teve papel fundamental nas mudanças de pensamento daquela época, quanto maior fosse o alcance dos novos meios comunicacionais, mais longe chegava a mensagem e a influência dos novos agentes históricos.

Juntando a dinâmica dessas transformações, comprovadamente ajudadas pela eficiência da influência da comunicação, à fala de Cotrim (2010) sobre o indivíduo comum se dispersar no mundo cotidiano, comumente, coletivizado, temos uma confirmação histórica com tempero filosófico e sociológico do poder da influência da comunicação na formação do ser.

O avanço nas tecnologias da comunicação do mundo contemporâneo, se não promoveu mudanças nas estruturas de poder, intensificou sua influência. De uma forma mais específica e histórica, constatou-se que a mídia (como meio e informação) é utilizada para evidenciar e, ou potencializar padrões identitários, como no caso da TV pública do Pará, trazido por Castro (2012), em que se observa claramente os interesses de determinados grupos sociais no que tange ao governo daqueles. O indivíduo comum influenciado se familiarizar/interiorizar, neste exemplo, com as identidades alheias a si, porém comungantes com os objetivos e manutenção de privilégios dos que governam aquele espaço, reproduzindo assim os padrões/modelos culturais dos grupos hegemônicos daquele contexto.

Isto posto, facilita o entendimento do segundo e último ponto de verificação desse trabalho que é a influência da mídia na educação. Vista por alguns dos analistas pesquisados como transformadora/facilitadora das formas como se dissemina o conhecimento, ela chega junto com um período de mudança de paradigma de sociedade – a transição da sociedade industrial para a da informação.

Porém, dialogando no sentido de acesso ao conhecimento com Saviani (2013), pareceu coerente hesitar o êxito dessas mudanças tecnológicas, pelo menos a princípio. Ora, se para este autor: 1) o conhecimento está na base da geração de riqueza; 2) historicamente, os grupos envolvidos nisso, sempre procuraram manter esse privilégio, homeopatizando a distribuição de saber entre os trabalhadores; e 3) a vanguarda e domínio de tecnologias da informação estão com os mesmos países

hegemônicos do período industrial; como, então, eles vão socializar o conhecimento? A partir de qual instrumento for, tecnológico ou não, fica a reflexão.

Para não ficar apenas na sociologia do poder, observando o alcance técnico das mídias na educação – vários recursos facilitadores na comunicação, o acesso ao conhecimento e a exposição de opiniões, como e-mails, teleconferências, chats, fóruns etc. – ao mesmo tempo que seus obstáculos – limitações e variações na velocidade, o baixo poder econômico para acesso e aquisição de equipamentos das pessoas, entre outros – para o uso da internet, por exemplo, no conjunto da educação, evidenciado nas preocupações de Marcondes (1997) e Werthein (2000), respectivamente, confirmou-se infelizmente a dificuldade da socialização do saber, tanto no Brasil como nos outros países com dificuldades estruturais semelhantes.

Complementando o parágrafo anterior, a falta de incentivo à produção de conteúdo (informação/conhecimento) por parte do governo brasileiro, mostrada por Santos (2009), dificulta a(s) possibilidade(s) de mudanças estruturais na educação para, a partir disto, se vislumbrar avanços educacionais necessários e pertinentes ao desenvolvimento da sociedade. O que se viu foi uma distância preocupante entre a realidade e o discurso oficial do governo, no que diz respeito à qualidade e quantidade de acesso aos meios tecnológicos. Tal distância abre um vácuo de mesma dimensão na esperança de universalização do conhecimento.

E nessa configuração, a esperança deve associar-se a um olhar criterioso quanto às possibilidades libertárias. O discurso de que a era da informação supera a do capital, é importante questionar em quais sentidos? pois os meios tecnológicos atuais permanecem nas mãos dos mesmos controladores. Logo, quais tipos de informações continuarão a vir para os trabalhadores? Transformadoras ou conservadoras?

Portanto, existe a influência positiva libertária na nova educação midiática, principalmente pela ainda não totalmente controlada internet, mas com ressalvas quanto ao modo como países periféricos como o Brasil estão apostando. Precisa existir uma produção nativa e mais cuidado com o que vem de fora, sob o risco de enveredarmos na essência de uma nova missão civilizadora, ao invés do eurocentrismo/americanismo, agora um tecnocracismo, independente da origem.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade líquida**. Folha de S. Paulo (2003): 4-9. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1910200305.htm>>. Acesso em: 08 dez. 2014.

BOMTEMPO, Cláudia. Em discurso na Costa Rica, Barbosa critica imprensa e foro privilegiado. **Jornal Nacional**. Rio de Janeiro, 03 mai. 2013. Do G1, com informações do Jornal Nacional. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/...>>. Acesso em: 24 jan. 2015.

BRAIK, Patrícia Ramos. **História: das cavernas ao terceiro milênio**. Patrícia Ramos Braik, Myriam Brecho Mota. 2ª Ed. São Paulo. Moderna, 2010.

BRUMES, Karla Rosário. Cidades: (Re) definindo seus papéis ao longo da história. **Revista Caminhos de Geografia**. Instituto de Geografia UFU. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15260/8561>>. Acesso em: 17 nov. 2014.

CASTRO, Fábio Fonseca de. **Comunicação, identidade e TV pública no Pará**. Porto Alegre-RS, jul./dez. 2012. REVISTA EM QUESTÃO. v. 18, n. 2, p. 149-167. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/26851/23673>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

CASTRO, Fábio Fonseca de. Fenomenologia da Comunicação em sua Quotidianidade. **Revista brasileira de ciências da comunicação**, v.36, n.2 p 21-39, julho/dezembro 2013. Disponível em: <<http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/viewFile/1781/1662>> Acesso em: 16 fev. 2014.

CORREIA, Maria Valéria Costa. Dicionário da Educação Profissional em Saúde. **Fundação Oswaldo Cruz**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/consoc.html>. Acesso em: 24 jun. 2014.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos de filosofia**. In: Gilberto Cotrim, Mirna Fernandes. 1 ed. São Paulo, Saraiva, 2010.

FERREIRA, Guilherme Pires. A questão do ser em M. Heidegger vista a partir do texto “a sentença de Anaximandro”. **Existência e Arte**, Minas Gerais, ano 2, n. 2 p 1-7, 2006. Disponível em: <<http://www.ufsj.edu.br/portalrepositorio/File/existenciaearte/Edic>>

oes/2_Edicao/A%20QUESTAO%20DO%20SER%20EM%20M%20HEIDEGGER%20VISTA%20A%20PARTIR%20DO%20TEXTO%20A%20SENTENCA%20DE%20ANAXIMANDRO%20%20Guilherme%20Pires%20Ferreira.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2014.

FOX, Robin Lane. Mitos gregos: Histórias de heróis viajantes. **Greek Myths: Tales of Travelling Heroes**. Documentário preparado e elaborado por Robin Lane Fox. Produção e direção Arif Nurmohamed. Produção BBC. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=B71zy4Upn1M>>. Acesso em: 16 out. 2014.

GARCIA, P. S.. **A Internet como nova mídia na educação**. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/EAD/NOVAMIDIA.PDF>. Acesso em: 08 nov. 2014.

GARCIA, Paulo Sérgio. **A Internet como nova mídia na educação**. 2004. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/EAD/NOVAMIDIA.PDF>. Acesso em: 08 nov. 2014.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. TupyKurumin, 2006. Disponível em: <<http://www.germe.net.br/uniesp/textos/seminarios/Freud/IDENTIDAD E-POS-MODERNIDADE.pdf>> Acesso em: 19 fev. 2014.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 25 ed., Editora Brasiliense, 1984. Disponível em: <http://www.matematicauva.org/disciplinas/teorias_aprendizagem/Texto_02_Teorias.pdf> Acesso em: 16 jan. 2014.

MARCONDES, C. H.; GOMES, S. L. R. O impacto da internet nas bibliotecas brasileiras. **Revista Transinformação**, v. 9, nº 2, p 57-68, maio/agosto 1997. Disponível em: <<http://periodicos.puccampinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/viewFile/1584/1556>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

MÍDIA, Ninja. Programa Roda Viva. **TV Cultura**. Exibido em 05 out. 2013, duração de 1 h e 20 min, son., color. Apresentação Mário Sérgio Conti. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vYgXth8QI8M>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Assessoria de Comunicação Social do INEP. **Censo aponta aumento de 4,4% e matrículas superam 7 milhões**. Publicado em: 17 set. de 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=19077:censo-aponta-aumento-de-44-e-matriculas-superam-7-milhoes-&catid=212>. Acesso em: 05 fev. de 2015.

PONDÉ, Luiz F. Palestra: O diagnóstico de Zygmunt Bauman para a pós-modernidade. **A invenção do contemporâneo**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6xt-k2kkvb4>>. Acesso em: 17 nov. 2014.

PORTO, Mauro P. A pesquisa sobre a recepção e os efeitos da mídia. Propondo um enfoque integrado. In: **Congresso Anual em Ciência da Comunicação, XXVI**. 2003, Belo Horizonte/MG. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. BH/MG, 2 a 6 Set 2003. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/150895357729873338458942400051711359917.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2015.

PORTO, Mauro P. Enquadramentos da Mídia e Política. In: **Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, XXVI**. 2002, Caxambu/MG. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Caxambu/MG, Brasil, 22 a 26 out de 2002. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4400&Itemid=317>. Acesso em: 26 jan. 2015.

RODRIGUES, William Costa. **Metodologia Científica**. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer>, 2007. Disponível em: <http://pesquisaemeducacaoufrgs.pbworks.com/w/file/fetch/64878127/Willian%20Costa%20Rodrigues_metodologia_cientifica.pdf> Acesso em: 15 fev. 2014.

SANTOS, P. L. V. A. C.; CARVALHO, A. M. G. Sociedade da Informação: avanços e retrocessos no acesso e no uso da informação. **Informação & Sociedade: estudos**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba (UFPB), v. 19, n. 1, p. 45-55, 2009. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/1782/2687>>. Acesso em: 03 fev 2015.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente as novas tecnologias. **Fóruns EJA Brasil**. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/go/files/demerval%20saviani.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2013.

SCHILLING, Voltaire. Os gregos e a democracia. **Portal TERRA**, 2002. Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/politica/democracia.htm#inicio>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

SCHWIKART, Georg. **Dicionário ilustrado das religiões**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2001. Disponível em: <<http://www.panib.org.br/pdf/Dicionario%20Ilustrado%20das%20Religi%C3%B5es.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

SECRETARIA NACIONAL DE FORMAÇÃO POLÍTICA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **Modos de produção.** Disponível em: <<http://www.pcb.org.br/portal/docs/modosdeproducao.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2014.

SILVA, Luís Felipe Trois Bueno et al. **A democracia ateniense como projeto de sociedade auto-instituída.** 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/87015/214335.pdf?sequence=1>> Acesso em: 17 fev. 2014.

SOUSA, J. P. **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media.** Porto, 2006. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pequisa-comunicacao-media.pdf>>. Acesso em: 19/02/2014.

VASCONCELOS, Olga. **Comunicação e poder.** 1996. Disponível em: http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1574/1/NeD78_OlgaVasconcelos.pdf. Acesso em: 16 jan. 2014.

VILLAR, Mauro de Sales (Ed.). **Dicionário Houaiss Conciso.** São Paulo: Moderna, 2011.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito capitalista.** São Paulo: Martim Claret, 2002.

WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. **Ciência Da Informação.** Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a09v29n2.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2015.